

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA  
POLÍTICA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Direitos Humanos e Práticas Pedagógicas: o jogo como instrumento de  
mediação da aprendizagem de Sociologia no Ensino Médio**

Orientador: Prof. Dr. Alexandre B. Idargo

Aluna: Juliana de Jesus Grigoli

Florianópolis  
Agosto de 2023

Juliana de Jesus Grigoli

**Direitos Humanos e Práticas Pedagógicas: o jogo como instrumento de  
mediação da aprendizagem de Sociologia no Ensino Médio**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bergamo Idargo

Grigoli, Juliana de Jesus

Direitos Humanos e Práticas Pedagógicas : o jogo como instrumento de mediação da aprendizagem de Sociologia no Ensino Médio / Juliana de Jesus Grigoli ; orientador, Alexandre Bergamo Idalgo, 2023.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

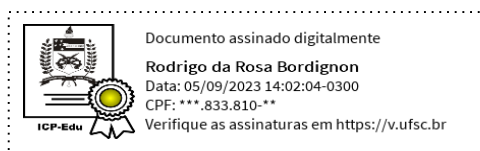
1. Ciências Sociais. 2. Sociologia, Educação e Direitos Humanos. 3. Jogos, aprendizagem e interação social. 4. Processos de ensino-aprendizagem. 5. Metodologias ativas em Sociologia. I. Idalgo, Alexandre Bergamo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

**Juliana de Jesus Grigoli**

**Direitos Humanos e Práticas Pedagógicas: o jogo como instrumento de  
mediação da aprendizagem de Sociologia no Ensino Médio**

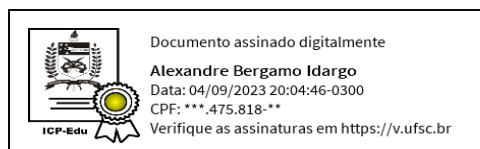
Este trabalho de conclusão de curso foi considerado adequado para obtenção do título de Licenciada e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 17 de agosto de 2023.



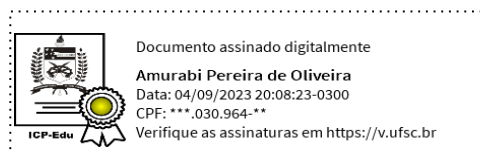
**Coordenação do Curso**

**Banca examinadora**



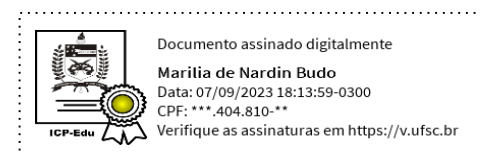
**Prof. Alexandre Bergamo Idargo, Dr.**

**Orientador**



**Prof. Amurabi Pereira de Oliveira, Dr.**

**Universidade Federal de Santa Catarina**



**Prof.(a) Marília de Nardin Budó, Dr.(a)**

**Universidade Federal de Santa Catarina**

Florianópolis, 2023.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, por ter me recebido como aluna pela quarta vez; aos servidores administrativos do Departamento de Sociologia e Ciência Política e da Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Sociais; aos professores do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, em especial Dr. Alexandre Bergamo, meu orientador, que me guiou nessa jornada e que conseguiu transmitir seu conhecimento, me auxiliou na sistematização dos estudos, na concepção do jogo e na organização dos documentos e dos dados de campo; e Dra. Thereza Viana e Dr. Antonio Brunetta pelas orientações, trocas e partilhas durante o Estágio em Sociologia no Colégio de Aplicação da UFSC.

Aos colegas, amigas e amigos de graduação, pelas boas e frutíferas discussões em sala de aula e pelas conversas, ideias e sentimentos partilhados durante os encontros na UFSC. Também expresso meu carinho especial a Marianne Feltrim, minha companheira de Estágio no Colégio de Aplicação, que nos deixou precocemente, em janeiro de 2023.

Aos meus pais Luiz Antônio Grigoli e Marlei Rodrigues pelo apoio incondicional durante todo percurso e aos meus filhos Gabriel Grigoli e Guilherme Antonio Grigoli pelo apoio carinhoso e resiliente de sempre.

E, por fim, ao grupo voluntário de estudantes que participou do pré-teste do jogo, tornando “uma ideia em realidade”.

## RESUMO

O uso de jogos em aulas de Sociologia para mediar os processos de ensino-aprendizagem é uma prática que contribui para o desenvolvimento intelectual dos estudantes do Ensino Médio e por isso merece espaço nas práticas pedagógicas. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar um jogo para professores e alunos/as de Ensino Médio no Brasil sobre direitos humanos visto do ponto de vista sociológico. Em termos de metodologia de pesquisa, realizou-se um estudo bibliográfico sobre o conceito e o histórico dos direitos humanos, o ensino de Sociologia no Brasil e as teorias sobre jogos na educação, assim como uma pesquisa qualitativa ao qual se obteve os dados por meio de uma proposta de intervenção pedagógica referente a aplicação do jogo de *quiz* “Direitos Humanos na Jogada” em forma de pré-teste com estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Após o pré-teste, os estudantes responderam a um questionário disponibilizado no Google Forms. A análise dos dados coletados demonstra que o jogo “Direitos Humanos na Jogada” é um instrumento de ensino-aprendizagem que contribui para o aprendizado de conteúdos sobre direitos humanos e Sociologia, tornando o aprender mais prazeroso, além de garantir maior interação e participação dos estudantes nas dinâmicas propostas.

**Palavras-chave:** jogos educacionais; direitos humanos; ensino de Sociologia.

## ABSTRACT

The use of games in Sociology classes to mediate the teaching-learning processes is a practice that contributes to the intellectual development of High School students and, therefore, should have space in pedagogical practices. The objective of this work is to present a game for teachers and students of High School in Brazil about human rights seen from a sociological point of view. In terms of research methodology, a bibliographic study was carried out on the concept and history of human rights, the teaching of Sociology in Brazil and theories about games in education, as well as a qualitative research to which data were obtained through a proposal for a pedagogical intervention regarding the application of the *quiz* game “Direitos Humanos na Jogada” in the form of a pre-test with undergraduate students from the Federal University of Santa Catarina. After the pre-test, the students answered a questionnaire made available on Google Forms. The analysis of the collected data demonstrates that the game “Direitos Humanos na Jogada” is a teaching-learning instrument that contributes to the learning of content on human rights and sociology, making learning more enjoyable, in addition to ensuring greater interaction and participation of students. in the proposed dynamics.

**Keywords:** educational games; human rights; sociology teaching.

## LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política

ABECS - Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas

ASBEA – RS – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetos do Rio Grande do Sul

CNEDH - Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENESEB - Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica

FGV – Fundação Getúlio Vargas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

PIDESC- Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PCNEM - Plano Curricular Nacional do Ensino Médio

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

ONU – Organização das Nações Unidas

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 .....	14
ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: O JOGO COMO INSTRUMENTO LÚDICO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SOBRE DIREITOS HUMANOS .....	14
1.1 Trajetória do Ensino de Sociologia no Brasil .....	14
1.2 O Jogo no Processo de Ensino-Aprendizagem de Sociologia na Escola Básica .....	18
1.3 O jogo na concepção psicopedagógica .....	20
1.4 Direitos Humanos: abordagem histórica e conceitual.....	21
1.5 Direitos Humanos e a Declaração da ONU de 1948.....	23
1.6 As cinco gerações de direitos humanos .....	24
1.7 Direitos Humanos no Brasil e a Sociologia no Ensino Médio: breve abordagem .....	24
CAPÍTULO 2 .....	29
O DESENVOLVIMENTO DO JOGO: “DIREITOS HUMANOS NA JOGADA” .....	29
2.1 Pesquisa de Campo: levantamento dos jogos sobre Sociologia e direitos humanos .....	29
2.2 O desenvolvimento do jogo .....	31
2.3 As regras do jogo .....	33
CAPÍTULO 3 .....	36
3.1 Descrição do pré-teste do jogo: da ideia ao produto .....	36
3.2 Dados de Campo: a experiência do pré-teste pela ótica dos participantes.....	38
4 CONCLUSÃO .....	50
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	52
6 ANEXO A.....	56

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 10 de dezembro de 1948, pós-Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos tornaram-se componentes fundamentais das sociedades democráticas atuais, sendo presentes nos planos internacionais e locais ou como fontes de inspiração para projetos e ações individuais e coletivos. Mesmo que marcado pela ambivalência, Norberto Bobbio (1992, 2002), Lynn Hunt (2009); e Marilena Chauí (2014), afirmam a importância dos direitos humanos para a construção, consolidação e legitimação de governos democráticos.

Segundo Grigoli (2003, 2016), a promulgação da DUDH, possibilitou a definição de uma agenda internacional de Direitos Humanos, pautada em direitos. Embora não seja um documento com obrigatoriedade legal, a DUDH trouxe uma nova percepção sobre diferenças e igualdades, na medida em que permitiu estabelecer uma série de direitos comuns a todos os povos e nações. Serviu de base para os dois tratados sobre direitos humanos da ONU de força legal: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP)<sup>1</sup> e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)<sup>2</sup>.

Porém, o avanço nessa área não se restringiu à DUDH e aos Pactos Internacionais. Nos anos seguintes, no Brasil, foram promulgadas outras leis que tinham como fundamento a referida Declaração ou os Pactos Internacionais<sup>3</sup>.

No plano nacional, a partir da Constituição de 1988, que incorporou as diretrizes internacionais sobre os direitos humanos, o estado brasileiro tem feito um esforço

---

<sup>1</sup> Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) é um dos três instrumentos que constituem a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Foi aprovado em 16 de dezembro de 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e aberto à adesão dos Estados.

<sup>2</sup> Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é um dos três instrumentos que constituem a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Foi aprovado em 16 de dezembro de 1966, e em vigor desde 3 de janeiro de 1976.

<sup>3</sup> Como exemplos de grandes conquistas, destacam-se os Decretos Legislativos: **nº 65.810 de 8 de dezembro de 1969**: que visa à eliminação de todas as formas de discriminação racial (BRASIL, 1969); **nº 89.460 de março de 1984**: hoje revogado pelo Decreto nº 4.377 de 13 de setembro de 2002 (BRASIL, 2002) que dispõe a respeito da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, que visa eliminar toda forma de discriminação, maus tratos e subjugação contra a mulher. Também serviu de base para a criação da lei Maria da Penha; **nº 99.710 de 21 de novembro de 1990**: que instituiu as diretrizes definidas na Convenção sobre o Direito da Criança, realizada em 1989, atentando-se à seguridade, proteção e bem-estar das crianças;

sistemático orientado à defesa e proteção dos direitos fundamentais, respondendo em muitas ocasiões às demandas de diferentes movimentos sociais. Hoje possuímos um significativo conjunto de leis e políticas públicas centradas na proteção e promoção dos direitos humanos.

Sobre o campo da educação, em especial das crianças e dos adolescentes, também não foi diferente. As bases da educação passaram a se apoiar nos direitos humanos, como intuito de formar, desde cedo, pessoas preparadas para entender seu papel como cidadão e exercer a cidadania. Essas diretrizes foram discutidas pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH)<sup>4</sup>, e posteriormente, alinhadas ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2008).

Estas medidas propuseram-se apoiar, estender e garantir o direito à educação, conforme ordenado pela DUDH. O PNEDH estabelece que há um compromisso por parte do Governo brasileiro em:

[...] promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial. Assim, a universalização do ensino fundamental, a ampliação da educação infantil, do ensino médio, da educação superior e a melhoria da qualidade em todos esses níveis e nas diversas modalidades de ensino são tarefas prioritárias. (PNEDH, 2008, p. 11)

Assim sendo, desde sua elaboração em 2003 e posterior divulgação em 2004 o projeto foi amplamente debatido, sendo consolidado em 2006. A partir de então, o Brasil passou a ter, oficialmente, uma maior atenção à efetivação dos direitos humanos no âmbito da educação, não se restringindo apenas a ampliação de vagas ou do acesso ao direito à educação gratuita, mas, incluindo os direitos humanos como tema a ser abordado durante toda a formação escolar, em especial nas disciplinas de Ciências Humanas e na Sociologia.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), os objetivos da Sociologia no Ensino Médio abrangem: a) a construção de instrumentos para que o aluno “possa decodificar a complexidade da realidade social” (PCNEM, 2000, p. 37), através de questões teóricas e metodológicas que o oportunizem a este feito; b) expressa o

---

<sup>4</sup> Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) foi criado em 2003 por meio da Portaria nº 98/2003 da SEDH/PR (BRASIL, 2003).

desenvolvimento de “uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno” (PCNEM, 2000, p. 37), utilizando as bases de um conhecimento historicamente sistematizado da área; c) esta disciplina “deve fornecer instrumentais teóricos para que o aluno entenda o processo de mundialização do capital, em correspondência com as sucessivas revoluções tecnológicas” (PCNEM, 2000, p. 37).

Assim, sendo, diante da crescente formação dos materiais, das discussões e do processo de consolidação da Sociologia no Ensino Médio, como a temática Direitos Humanos é fundamental questionar: quais são as ferramentas e os instrumentos disponíveis para trabalhar essa temática com os estudantes de ensino médio no Brasil?

Nesse sentido, pensar nos processos, bem como nos instrumentos pedagógicos de ensino-aprendizagem é fundamental para criar novas formas de abordar os direitos humanos e os inúmeros temas associados a eles nas aulas de Sociologia no Ensino Médio.

Por entender a escola e o espaço de sala de aula como territórios para conscientizar e debater sobre cidadania, democracia e direitos humanos proponho o desenvolvimento de um jogo sobre direitos humanos para estudantes de Sociologia de Ensino Médio no Brasil, para explorar ainda mais o tema de forma lúdica e prazerosa, tendo em vista o fomento do diálogo com os princípios básicos dos direitos humanos, como a dignidade, a igualdade, a liberdade, o respeito e a tolerância, bem como o aprendizado a respeito da cidadania, da diversidade, das diferenças culturais e sociais entre os povos e da cultura da paz.

Desse modo, o presente Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Sociologia, consistiu na criação e no desenvolvimento de um jogo de tabuleiro sobre direitos humanos em forma de *quiz*, com o objetivo de auxiliar os professores de Sociologia do Ensino Médio a ensinar o conteúdo sobre direitos humanos em sala de aula. O jogo trabalhou seis temas relacionados aos direitos humanos, que compreendeu o histórico dos direitos humanos; os direitos políticos, direitos civis e direitos culturais; meio ambiente; sustentabilidade e eventos mundiais.

Os Capítulos do Trabalho de Conclusão de Licenciatura estão organizados da seguinte forma:

O Capítulo 1, apresenta o estado da arte acerca da revisão bibliográfica realizada sobre o histórico do ensino de Sociologia no Brasil; o conceito de jogo aplicado para o desenvolvimento do produto “Direitos Humanos na Jogada”; e uma abordagem histórica do conceito de direitos humanos no plano internacional e nacional.

O Capítulo 2, apresenta as etapas de criação do jogo “Direitos Humanos na Jogada”, que consistiu no levantamento dos jogos já existentes no campo da Sociologia, na definição da estrutura do jogo, das regras e do design do tabuleiro.

Por fim, o Capítulo 3, apresenta os dados relacionados ao pré-teste do jogo, realizado por um grupo heterogêneo de participantes, que jogaram, e manifestaram suas opiniões por meio de um questionário disponibilizado na plataforma Google Forms. O grupo foi criado a partir de comunicados e chamadas públicas nas redes sociais, principalmente o *WhatsApp*. O pré-teste do jogo foi um momento especial. Após o encerramento do jogo, todos os participantes responderam o questionário no Google Forms, gerando dados que serviu de base para avaliar a qualidade do jogo no que tange os processos de ensino-aprendizagem em Sociologia e Direitos Humanos.

## **CAPÍTULO 1**

### **ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: O JOGO COMO INSTRUMENTO LÚDICO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SOBRE DIREITOS HUMANOS**

A intermitência da obrigatoriedade da Sociologia nos currículos escolares na Educação Básica no Brasil é um traço que marca a trajetória dessa disciplina, deixando lacunas e espaços vazios quando se trata de novos repertórios de instrumentos de ensino-aprendizagem sobre os conteúdos específicos da área.

Foi a partir desta constatação que realizei a revisão bibliográfica que será apresentada a seguir, um breve “estado da arte” que abrange o histórico do ensino de Sociologia no Brasil e suas diversas fases e desafios; um estudo sobre o conceito de jogo, tendo em vista o desenvolvimento do produto, ou seja, o jogo propriamente dito, e uma abordagem histórica do conceito de direitos humanos no plano internacional e nacional que serviu de base para a formulação das perguntas do jogo.

#### **1.1 Trajetória do Ensino de Sociologia no Brasil**

Pensar na Sociologia como disciplina presente no currículo do Ensino Médio é refletir primeiramente que esta é uma ciência que tem como objeto de estudo a sociedade e, por isso, muitas são as contribuições desta para a educação, possibilitando que os alunos desenvolvam senso crítico em relação à realidade que vivem de seu entorno (ALVIM et al., 2019); e considerar que a Sociologia como disciplina de Ensino Básico possui uma história marcada por intermitências, interferindo na definição consensual dos tópicos necessários no ensino da disciplina, assim como a organização curricular marcada pela dificuldade de estrutura de um saber adequado de acordo com os estudos publicados por Meucci (2000), Oliveira (2013) e Alvim (2019).

Marcada por uma característica elitista, mesmo que em 1942 tenha se mantido apenas no curso normal, Silva (2010), Oliveira (2013) e Handfas (2017), demonstram que a Sociologia seguiu em expansão, principalmente em “espaços de pesquisa e ensino nas universidades e centros de investigação que foram criados e patrocinados pelos governos estaduais e federais e por agências internacionais”, afirma Silva (2010, p. 21).

As etapas seguintes na história do ensino de Sociologia na Educação Básica, são dadas de maneira independente. Segundo Handfas (2017), o ensino de Sociologia só se constituiu como objeto de pesquisa no final da década de 1980, com o fim da ditadura civil-militar, congregando licenciados, professores das escolas básicas e pesquisadores das universidades, em sua maioria, ligados aos departamentos de educação, responsáveis pelas disciplinas de didática, prática de ensino e metodologia de ensino.

Nesse sentido, considera-se a década de 1980 como um marco importante no processo de mobilização pelo retorno da Sociologia como disciplina curricular para o Ensino Médio. Em 1995, dez estados brasileiros já haviam incluído a Sociologia nos currículos das escolas, chegando a quase totalidade dos estados em 2005 (Cravo, 2014 apud Handfas, p. 371, 2017).

O caminho percorrido até a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, denota que a Sociologia foi, gradativamente, conquistando espaço dentro dos currículos, porém ainda tinha um percurso a realizar em busca do reconhecimento e da institucionalização da disciplina em todos os Estados brasileiros.

Nos primeiros dez anos da década de 2000 o ensino de Sociologia como objeto de pesquisa ganha maior visibilidade. Segundo Handfas (p. 371, 2017),

Por um lado, a crescente presença e atuação de professores nas escolas básicas aguçou o interesse por pesquisas de caráter mais prático. Experiências didáticas, metodologias de ensino, currículo e formação de professores foram algumas das principais questões que se constituíram como problemas de pesquisa naquele momento. Por outro lado, a consolidação de espaços acadêmicos para apresentação de trabalhos, a divulgação científica de artigos em revistas da área de educação e ciências sociais conferem um caráter mais orgânico a essa área de estudos, reunindo um repertório considerável de experiências e reflexões. O espaço no interior das associações científicas se amplia com o apoio da SBS ao Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), além da consolidação do GT sobre ensino de sociologia que se constitui como espaço privilegiado do debate nacional. Na esteira desses acontecimentos, acompanhamos também a criação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), em 2013, além da entrada do tema em congressos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Esta mobilização articulada em torno da luta pelo retorno da Sociologia resultou na aprovação da Lei 11.684/08, que tornou a disciplina de Sociologia obrigatória no ensino médio e a consagrou como uma área de estudos. Esse conjunto de conquistas, contribuiu significativamente para a implementação da Sociologia como uma disciplina obrigatória no Ensino Médio, bem como promoveu a expansão da produção acadêmica sobre o tema.

De acordo com as pesquisas de Handfas (2017), nota-se uma elevação da produção acadêmica sobre o ensino de Sociologia de 1993 até o ano de 2016. De acordo com o mapeamento realizado pela autora, a produção acadêmica até o ano de 2016 contou com 15 teses de doutorado e 93 dissertações de mestrado defendidas no Brasil.

Dentre os temas de pesquisa levantados por Handfas (2017), destacam-se:

- Os sentidos da Sociologia;
- A História da disciplina de Sociologia;
- O currículo de Sociologia;
- As condições de trabalho do professor de Sociologia;
- A identidade do professor de Sociologia;
- A formação do professor de Sociologia;
- As práticas pedagógicas e ensino de Sociologia, incluindo: recursos audiovisuais, recursos didáticos, tecnologias de informação e comunicação – TIC;
- As representações de professores e/ou alunos;
- Os livros didáticos;
- Os processos de lutas pela institucionalização da Sociologia no ensino médio;
- A licenciatura em Ciências Sociais;
- A Sociologia como disciplina escolar;
- Sociologia e cidadania.

Apesar da diversificação dos temas apontados acima, a intermitência da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos escolares deixou marcas, como o despreparo nas práticas pedagógicas, a falta de consenso sobre o currículo, a escassez de recursos didáticos, bem como de instrumentos pedagógicos de ensino-aprendizagem.

Além destes aspectos, todas as Escolas de Educação Básica do país entraram no período de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), no qual, desde 2022, a Sociologia não é mais uma disciplina obrigatória em todos os anos do Ensino Médio. A ausência de estabilidade para a disciplina Sociologia no currículo da Educação Básica gera uma série de impactos para o campo da Educação, dentre eles, pode-se destacar a falta de estabilidade para os profissionais da área, a ausência de investimentos em formação de professores e a dificuldade de criar recursos didáticos e instrumentos pedagógicos de ensino-aprendizagem direcionados à professores da área.



Assim sendo, nota-se a necessidade de criar instrumentos de ensino-aprendizagem para professores de Sociologia no Ensino Médio, com uma linguagem lúdica e divertida, como uma forma de complementar a abordagem teórica que a disciplina oferece.

Considerando o conhecimento sociológico como um conhecimento científico fundamental na formação dos indivíduos em sua plenitude, é pertinente pensar em novos instrumentos de ensino-aprendizagem no ambiente escolar que promovam a formação humana dos estudantes e consolidem a Sociologia como uma área do conhecimento científico humano.

Vargas (2013) argumenta que esses desafios só podem ser superados dentro das salas de aula por meio da formação sólida de professores competentes para “sugerir materiais, referências e interpretações fundamentadas no arsenal teórico-metodológico das Ciências Sociais, capazes de superar uma interpretação puramente subjetiva e vaga dos fenômenos discutidos” (2013, p. 09).

Para isso, o ensino de Sociologia deve se distanciar de algumas práticas tradicionais mais focadas no conhecimento acadêmico, que tendem a ser mais abstratas e eruditas a ponto de se tornarem inacessíveis aos alunos, e também das intervenções que visem somente o ingresso nas universidades, no ENEM e/ou no mercado de trabalho. Para Vargas, a Sociologia no Ensino Médio deve:

[...] desenvolver e apurar o olhar e a sensibilidade sociológica é, em si mesmo, um projeto social, político e humano que se insere na disputa pela construção de um tipo de educação e mesmo de sociedade para as quais a “formação” não pode ser reduzida a um meio de adaptação a um modelo competitivo de sociedade, mas de construção aberta e crítica de sujeitos e relações sociais (Vargas, 2013, p. 10).

De acordo com os estudos Luckesi (2000, p. 97) sobre jogos e ludicidade, “[...] a ludicidade é representada por atividades que propiciam experiência de plenitude e envolvimento por inteiro, dentro de padrões flexíveis e saudáveis.” Nesse sentido, trabalhar com jogos na Sociologia para tratar de temas amplos como os direitos humanos, por exemplo é uma via potente e interessante para explorar uma outra forma de se relacionar com o saber, por meio de vivências que dialogam com o universo dos estudantes.

Para Saviani (2005), a conexão entre teoria e prática no campo da Sociologia é fundamental para discutir e compreender os mais variados aspectos relacionados a vida humana em sociedade e seus processos de desenvolvimento e produção. Por se tratar de uma ciência que busca compreender fenômenos sociais, a escola é um lócus profícuo para a produção do saber sobre a experiência humana de viver de forma coletiva.

Nessa mesma direção, Fraga e Lage (2003) argumentam que pensar de forma sociológica é um movimento único, seja qual for o tema a ser estudado. Portanto, desenvolver nos estudantes um olhar sociológico é dotá-los de um modo especial de enxergar a realidade e, com isso, contribuir na formação crítica dos mesmos.

## **1.2 O Jogo no Processo de Ensino-Aprendizagem de Sociologia na Escola Básica**

Jogo é um termo do latim “jocus”, que significa gracejo, divertimento, brincadeira e que é tido como recurso capaz de promover um ambiente planejado, motivador, que propicia o desenvolvimento de várias habilidades ao mesmo tempo.

Não é à toa que os jogos vêm ganhando espaço nas salas de aula nos últimos anos, pois o uso dos jogos como ferramenta de aprendizagem, torna a aula mais agradável, motivadora, dinâmica, diferente e divertida, além de conquistar a confiança e a atenção dos estudantes. Kishimoto (1993) cita que o filósofo São Tomás de Aquino (1225-1274), já considerava o jogo como uma maneira de inserir o homem na vida em sociedade. Por meio de atividades lúdicas, o homem desenvolve capacidades sociais, morais e estéticas necessárias à sua inserção social. Desse modo, pode-se considerar o jogo e a brincadeira como facilitadores e mediadores das interações sociais. Ou seja, o trabalho com os jogos educacionais, facilita aos professores o alcance dos seus objetivos.

O trabalho pedagógico com jogos é um caminho seguro porque além de ser uma fonte de conhecimento, trocas e interações (professor-aluno, aluno-aluno e aluno comunidade), também proporciona desenvolvimento da autoestima, das competências cognitivas, autorreflexão, bem como desenvolve a autonomia, a criatividade, autoavaliação, concentração, limites, respeito, antecipação, incorpora valores, aumenta a capacidade de realização, amplia o raciocínio lógico, coordenação motora, desenvolve a organização espacial e a convivência social.

Para algumas correntes da psicologia, notadamente Jean Piaget e Vygotsky, o brincar pode ser definido como uma maneira de interpretar e assimilar o mundo. As crianças, durante os jogos e brincadeiras, estabelecem relações e representações, o que desencadeia o desenvolvimento de capacidades sociais, cognitivas e afetivas na medida em que elas “extrapolam” seu mundo habitual. Ao brincarem, as crianças planejam, criam hipóteses, desenvolvem a imaginação, constroem relações, tomam decisões e elaboram regras de convivência.

Ainda, para Jean Piaget, o ato de brincar permite a constituição de vínculos importantes, que promovem a construção do conhecimento. Mesmo a brincadeira livre, não estruturada, possui regras que conduzem o desenvolvimento de certos comportamentos num dado momento.

Nessa mesma linha Walter Benjamin (2004, p.85), argumenta que o brincar “[...] significa sempre libertação. Rodeadas por um mundo de gigantes, as crianças criam para si um pequeno mundo próprio [...]” O momento de criação para a criança é o prazer de brincar, de sentir-se livre nas regras da brincadeira em que a própria criança se deu.

Por isso, os jogos são considerados excelentes estimulantes que conduzem os estudantes a participar, a se envolver muito mais do que em qualquer outro tipo de atividade educativa escolar. Até mesmo o comportamento dos alunos, durante e após o jogo, auxilia os professores fornecendo informações significativas acerca da aquisição e do aperfeiçoamento de habilidades, pois o jogo permite ao estudante a participação por meio da experiência como uma forma de construir o conhecimento sobre os mais variados aspectos da realidade, envolvendo outras camadas de percepção como a sensorialidade, o afeto e a imaginação.

A educação do século XXI, aparece como quebra de paradigma, ou seja, se antes os jogos eram vistos apenas como lazer, para intervalos dos estudantes para entreter e divertir, agora a escola tende a mudar suas estratégias de trabalho optando pelo uso dos jogos, como uma forma de valorizar a dimensão lúdica no processo de desenvolvimento dos estudantes tanto na área emocional, quanto cognitiva.

Mais recentemente o sociólogo e educador Brougère (1998) procurou defender que é possível a conciliação entre o jogar e o aprender, no contexto educacional, desde que sejam respeitadas as características do jogo como atividade espontânea, não produtiva e incerta.

### 1.3 O jogo na concepção psicopedagógica

As pesquisas nas áreas de educação e psicologia apontam que os jogos e as brincadeiras são práticas pedagógicas muito utilizadas no Ensino Básico no Brasil, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental I. Segundo Moylés (2006), no processo contínuo de reconhecimento, inserção, interação e ação da criança no mundo por meio do brincar, três fatores são determinantes:

- A qualidade de provisão de recursos para o brincar;
- O valor dado aos processos do brincar e;
- O envolvimento dos adultos.

Desse modo, as práticas lúdicas constituem um recurso reconhecidamente capaz de conquistar as crianças e mediar o processo de ensino-aprendizagem. Para Macedo (2007), o jogo tem uma “[...] importância da dimensão lúdica nos processos de aprendizagem escolar como uma das condições para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e, quem sabe, para uma recuperação do sentido original da escola” (p. 09).

De acordo com Kishimoto (1999), normalmente, o jogo educativo utilizado em sala de aula vai além das brincadeiras e se torna um instrumento para o aprendizado. A concepção de jogo está integrada tanto ao objeto (brinquedo) quanto à brincadeira, pois é uma atividade mais estruturada e estabelecida por regras mais explícitas. Nesse sentido, pode-se citar os jogos de mímica, de cartas, de tabuleiro, de construção e de faz-de-conta.

Na esfera da construção da aprendizagem, alguns jogos têm o propósito de auxiliar o estudante na aprendizagem e no desenvolvimento do raciocínio matemático e dos conhecimentos linguísticos. Já em outros momentos, eles auxiliam no desenvolvimento afetivo, físico-motor e social.

Para que o jogo funcione enquanto um instrumento de ensino-aprendizagem, o professor precisa observar a relação estabelecida entre os estudantes durante o jogo para que haja condições favoráveis para a assimilação e fixação dos conteúdos.

De acordo com Macedo (2007), os jogos são importantes na vida do estudante tanto para significar o presente como para projetar e definir o futuro. No presente o estudante necessita do jogo como uma forma de aprender um pouco mais sobre o espaço e o tempo, o pensar e o se adaptar. E o futuro, define-se a partir das experiências sociais e cognitivas promovidas pela atividade do jogo.

Dos jogos de exercício, o estudante herda o prazer funcional, e a partir dele pode encarar o trabalho não como sacrifício, mas como uma atividade mais prazerosa. Com o jogo simbólico o estudante pode aprender as possibilidades de experimentar e criar, o que futuramente poderá ser útil em seu trabalho. No jogo de regra o estudante é colocado em contato com as regras, auxiliando-o a lidar com limites e restrições como um fator necessário para que haja solidariedade e compartilhamento.

O jogo quando aplicado de forma pedagógica, possibilita ao estudante a construção do seu próprio conhecimento, através das vivências das situações-problemas, que permitem a inserção da lógica e do raciocínio na execução das atividades físicas e mentais que favorecem a sociabilidade e estimulam as reações afetivas, cognitivas, sociais, morais, culturais e linguísticas.

Para Souza (1996, p. 122) “os jogos podem ser utilizados em diversos espaços de socialização como práticas e instrumentos que propiciam o estudo do pensamento da criança, de sua afetividade e de suas possibilidades de estabelecer relações sociais.”

#### **1.4 Direitos Humanos: abordagem histórica e conceitual**

De acordo com Norberto Bobbio (2002), os direitos humanos são garantias históricas, que mudam ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades específicas de cada momento. Por isso, ainda que a forma com que atualmente conhecemos os direitos humanos tenha surgido com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, antes disso, princípios de garantia de proteção aos direitos básicos do indivíduo já apareciam em algumas situações ao longo da história.

Segundo os estudos dos historiadores brasileiros Jaime Pinsky e Carla Pinsky (2003) publicado na obra “A História da Cidadania”, a primeira forma de declaração dos direitos humanos na história é atribuída ao Cilindro de Ciro, uma peça de argila contendo os princípios de Ciro, rei da antiga Pérsia. Ao conquistar a cidade da Babilônia, em 539

a.C. Ciro libertou todos os escravizados, declarou que as pessoas teriam liberdade religiosa e estabeleceu a igualdade racial.

A experiência do reconhecimento da liberdade e da igualdade de direitos, espalhou-se para outros lugares e territórios. Com o tempo, surgiram outros importantes documentos de afirmação dos direitos individuais, como a Petição de Direito, um documento elaborado pelo Parlamento Inglês em 1628 e posteriormente enviada a Carlos I como uma declaração de liberdades civis. A petição baseou-se em cartas e estatutos anteriores e tinha como principal objetivo limitar decisões do monarca sem autorização do Parlamento. Além desse documento, circularam tantos outros, voltados a defesa e garantia da propriedade privada, segundo a perspectiva contratualista e liberal de John Locke.

Outro marco histórico importante na história dos direitos humanos na modernidade é o movimento de Independência dos Estados Unidos de 1776, contexto em que foi publicada uma declaração que acentuava os direitos individuais, em especial o direito à vida, à liberdade, à busca pela felicidade e o direito de revolução. Na ocasião, essas ideias receberam apoio da população norte americana. De modo que influenciaram outros fenômenos similares no mundo, em particular a Revolução Francesa, em 1789.

Segundo Lynn Hunt em sua obra “A invenção dos direitos humanos: uma história”, publicada em 2009, as declarações de 1776 e de 1789 “ajudaram a tornar efetiva uma transferência de soberania” dos reis para o povo, das metrópoles para as colônias, entre os homens. Indo dos Estados Unidos, e a forma como seus personagens se apropriaram das ideias do Iluminismo francês, para a França, e como esta se baseou na declaração de 1776 para a promoção da sua, de 1789.

Com efeito, os marcantes acontecimentos da Revolução Francesa resultaram na elaboração de um histórico documento chamado Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A formulação da Declaração de 1789 teve como fontes de inspiração intelectual o jusnaturalismo e o liberalismo, na medida em que esta ratificou o direito natural, a partir de uma compreensão racional das relações políticas numa sociedade constituída de cidadãos livres e iguais, possuidores de direitos, vivendo sob leis comuns. Ou seja, o documento garantiu sobretudo que todos os cidadãos franceses deveriam ter direito à liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão.

Esses documentos são considerados importantes precursores escritos para muitos dos documentos de direitos humanos atuais, entre eles a Declaração Universal de 1948 da ONU, como veremos a seguir.

### **1.5 Direitos Humanos e a Declaração da ONU de 1948**

A Segunda Guerra Mundial, com suas estratégias de genocídio e extermínio resultou na perda de um grande número de pessoas no território europeu. Marcada pelas inúmeras violações aos direitos individuais e dos povos cometidas por governos autoritários de raiz nazista e fascista. Logo após o fim do conflito, formou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo declarado é trazer paz a todas as nações do mundo.

Em 1948, a ONU cria, com o apoio dos países-membros a Declaração Universal dos Direitos Humanos, formada por 30 artigos que tratam dos direitos inalienáveis que devem garantir a liberdade, a justiça e a paz mundial. De acordo com Lynn Hunt (2009), a Declaração Universal expressava um conjunto de aspirações em vez de uma realidade prontamente alcançável. Delineava um conjunto de obrigações morais para a comunidade mundial, mas não tinha nenhum mecanismo de imposição.

Desse modo, entre os diversos direitos garantidos pela Declaração Universal, destacam-se o direito de não ser escravizado, o direito de ser tratado com igualdade perante as leis, o direito à livre expressão política e religiosa, o direito à liberdade de pensamento e participação política.

Hoje, a Declaração Universal é assinada pelos 193 países que compõem as Nações Unidas e, ainda que não tenha força de lei, o documento serve como base para constituições e tratados internacionais.

Embora os direitos humanos representem um avanço em termos jurídicos de reconhecimento da universalidade, bem como da diferença entre os povos e indivíduos, Lynn Hunt (2009), aponta que ainda enfrentamos desafios profundos quando se trata de empatia e universalidade, indicando que há limites dentro do próprio sistema social que precisam ser superados.

## **1.6 As cinco gerações de direitos humanos**

De acordo Paulo Bonavides (2008), o direito constitucional, teorizado, construído e legislado ao longo das Revoluções e metamorfoses de dois séculos compreende 5 gerações de direitos fundamentais. Todos em busca de recompor e reformar a relação com o indivíduo com o poder, da sociedade com o Estado, da legalidade com a legitimidade, do governante com o governado.

Os direitos da primeira geração foram os direitos relacionados à liberdade. Os primeiros a constar no direito formativo constitucional, a saber direitos civis e os direitos políticos, correspondendo em grande parte por um prisma histórico daquela fase inaugural do constitucionalismo no ocidente. Fase de predomínio do jusprivativo romanista e de apogeu dos direitos individuais. Tais direitos foram gerados no ocidente, no advento da sociedade pós-feudal decorrente da oposição e da luta contra o poder absoluto, em defesa da universalidade formal.

Os direitos fundamentais de segunda geração compreendem os direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos ou de coletividades introduzidos no constitucionalismo das distintas formas de estado social. Desse modo, os direitos de segunda geração surgiram à partir de reflexões e do reconhecimento da necessidade de promover políticas universais de igualdade, tendo em vista a justiça social.

Relacionados ao debate sobre a fraternidade e ao desenvolvimento, segundo Bonavides (2008), surgiram os direitos da terceira geração, os direitos fundamentais dos povos oprimidos pelo colonialismo e à escravidão, que buscavam emancipação por meio do desenvolvimento econômico e social.

Por fim, os direitos da quarta e quinta gerações estão associados as demandas ligadas ao gênero humano. Para Bonavides (2008), a quarta geração de direitos humanos refere-se ao direito à democracia, tendo em vista os parâmetros de liberdade, igualdade e dignidade humana. A quinta geração de direitos humanos referem-se ao direito à paz, sendo contrários à guerra e injustiça.

## **1.7 Direitos Humanos no Brasil e a Sociologia no Ensino Médio: breve abordagem**

Como visto anteriormente, um dos marcos históricos mais importantes para o avanço dos direitos humanos no mundo foi a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 10 de dezembro de 1948, pós-Segunda Guerra Mundial. De caráter moral e não impositivo, os países signatários homogeneizaram intenções e percepções que propiciaram o estabelecimento de direitos e deveres comuns a todos os seres humanos.



Embora não seja um documento com obrigatoriedade legal, a DUDH trouxe uma nova percepção sobre diferenças e igualdades, na medida em que permitiu estabelecer uma série de direitos comuns a todos os povos e nações. Serviu de base para os dois tratados sobre direitos humanos da ONU de força legal: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Os avanços propostos pelos Pactos Internacionais impactaram o âmbito das políticas públicas no Brasil. Como exemplos de grandes conquistas, destacam-se os Decretos Legislativos: nº 65.810 de 8 de dezembro de 1969 sobre a discriminação racial (BRASIL, 1969); nº 89.460 de março de 1984 sobre a discriminação da mulher. Serviu de base para a criação da lei Maria da Penha; nº 99.710 de 21 de novembro de 1990, que instituiu a Convenção sobre o Direito da Criança, atentando-se à segurança, proteção e bem-estar das crianças.

No plano nacional, a partir da Constituição de 1988, que incorporou as diretrizes internacionais sobre os direitos humanos, o estado brasileiro possui um significativo conjunto de leis e políticas públicas centradas na proteção e promoção dos direitos humanos.

No âmbito da Educação, o surgimento de uma proposta que contemple a inserção dos direitos humanos nos currículos escolares ainda é recente, pois esta surgiu apenas no ano de 2007, a partir de ampla discussão em todos os estados da federação, que culminou com o relançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a educação em direitos humanos deve contemplar três dimensões:

- conhecimentos e habilidades: compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana;
- valores, atitudes e comportamentos: desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos;
- ações: desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos.

Tendo em vista seu caráter interdisciplinar, ainda não há consenso se os direitos humanos sobre a forma de abordagem do tema em sala de aula, alguns alegam que deveria haver uma disciplina específica sobre o tema, outros admitem o seu uso como tema transversal. Independentemente da forma de abordagem, os direitos humanos é um tema que dialoga com praticamente todas as disciplinas do currículo escolar básico, pois trata de questões fundamentais relacionadas à todas as dimensões da vida em sociedade. Ou seja, a garantia da plena realização do direito à educação, a formação dos alunos em valores fundamentais à vida pública e o conhecimento de sua condição de sujeitos de direitos.

Nesse sentido, educar em direitos humanos requer pensar na articulação entre o tema Direitos Humanos e as escolas é, antes de tudo, pensar sobre a educação em direitos humanos: suas características, implicações e modos de fazer. Com efeito, é preciso considerar as duas dimensões em que ela se realiza, ou seja, a educação como um direito humano e para os direitos humanos.

No cotidiano do contexto escolar, a promoção e a afirmação dos direitos humanos significa uma possibilidade de encurtar e minimizar as distâncias e desigualdades culturais, sociais, políticas e econômicas existentes na sociedade brasileira, bem como oportunizar a apropriação de saberes, tendo presente o respeito à diversidade e à pluralidade com relação aos jeitos diferentes de ser e de conviver.

Ou seja, trata-se de construir relações em que se possa conviver ao mesmo tempo com a participação, o diálogo, a solidariedade, a diversidade, a igualdade e o direito de expressar-se livremente. Para que isso ocorra, é preciso considerar as distintas pessoas com as quais convivemos diariamente no contexto escolar. Estas pessoas são diferentes e necessitam ser vistas a partir deste ângulo para que possamos reconhecê-las como iguais em dignidade e humanidade, porém diferentes em suas múltiplas identidades, no sentido da raça, da etnia, da sexualidade, do gênero, da religião, da idade, das capacidades físicas e intelectuais, dos ritmos de aprendizagem, das crenças políticas, das regiões geográficas, etc.

Importante lembrar que, dentre os vários princípios de convivência, a participação é um dos princípios que possibilita vivenciar os direitos humanos de maneira mais argumentativa, democrática e cooperativa, estimulando o protagonismo enquanto sujeitos de direitos. Sobre participação, entende-se:

em primeiro lugar, ter acesso à informação para poder decidir. Implica igualmente desenvolver as habilidades e competências necessárias para participar, como pensar nas diversas opções, transmitir opiniões, ouvir o outro, tomar decisões em grupo, etc. Só participa quem aprende a fazê-lo, o que evidencia a importância da mediação educativa na constituição de seres humanos mais autônomos e solidários. A participação exige um tempo de preparação, de reflexão e de diálogo, sob pena de ser inconsequente ou objeto de manipulação. (Delgado, 2006 apud Caderno de Direitos Humanos em Educação, p. 15, 2013)

Neste sentido os Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1999, bem como de metodologias e pressupostos propostos para a Sociologia que oportunizam fomentar o diálogo com os princípios básicos dos Direitos Humanos, como a dignidade, a igualdade, a liberdade, o respeito e a tolerância, obrigação de proporcionar ao educando o aprendizado a respeito da cidadania, da diversidade e das diferenças culturais e sociais, como se propõe a LDB de 1996, com a recomendação de uma formação escolar voltada para a “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 1996, art. 27, inc. I).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), os objetivos da Sociologia no Ensino Médio abrangem: a) a construção de instrumentos para que o aluno “possa decodificar a complexidade da realidade social” (PCNEM, 2000, p. 37), através de questões teóricas e metodológicas que o oportunizem a este feito; b) expressa o desenvolvimento de “uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno” (PCNEM, 2000, p. 37), utilizando as bases de um conhecimento historicamente sistematizado da área; c) esta disciplina “deve fornecer instrumentais teóricos para que o aluno entenda o processo de mundialização do capital, em correspondência com as sucessivas revoluções tecnológicas” (PCNEM, 2000, p. 37).

Assim, sendo, diante da crescente formação dos materiais, das discussões e do processo de consolidação da Sociologia no Ensino Médio, como a temática Direitos Humanos é fundamental questionar: quais são as ferramentas e os instrumentos disponíveis para trabalhar essa temática com os estudantes de ensino médio no Brasil?

Por entender a escola e o espaço de sala de aula como territórios para conscientizar e debater sobre cidadania, democracia e direitos humanos, proponho o desenvolvimento de um jogo sobre direitos humanos para estudantes de Sociologia de Ensino Médio no Brasil, para explorar ainda mais o tema de forma lúdica e prazerosa, tendo em vista o fomento do

diálogo com os princípios básicos dos direitos humanos como a dignidade, a igualdade, como a dignidade, a igualdade, a liberdade, o respeito e a tolerância, bem como o aprendizado a respeito da cidadania, da diversidade, das diferenças culturais e sociais entre os povos e da cultura da paz e da sustentabilidade.

---

<sup>7</sup> Dado extraído <https://cbic.org.br/a-solucao-do-deficit-habitacional-no-brasil-passa-pela-industrializacao-na-construcao/>. Acesso em 26/02/2023.

<sup>8</sup> Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura do Rio Grande do Sul.

<sup>9</sup> Dado extraído da página: <https://cbic.org.br/a-solucao-do-deficit-habitacional-no-brasil-passa-pela-industrializacao-na-construcao/>. Acesso em 26/02/2023.

## CAPÍTULO 2

### O DESENVOLVIMENTO DO JOGO: “DIREITOS HUMANOS NA JOGADA”

#### 2.1 Pesquisa de Campo: levantamento dos jogos sobre Sociologia e direitos humanos

Como descrito na introdução, “Direitos Humanos na Jogada” é um jogo de *quiz* com tabuleiro. Como tal, é similar a muitos de seus congêneres: jogadores sentam-se em círculo e jogam de maneira sequencial, de acordo com a posição em que estão no círculo.

A especificidade deste jogo (para além do seu tema) está num foco maior na “sistematicidade” de sua dinâmica básica. Inicialmente, ele surgiu da ideia de criar um jogo que mesclasse momentos de competitividade com momentos de solidariedade, cultivando a perspectiva do “ganha-ganha”.

Nas seções seguintes, descreverei brevemente o processo de desenvolvimento do jogo, bem como as características da versão que servirá de base para o pré-teste do produto.

Primeiro, porém, contextualizo-o na paisagem mais ampla dos jogos didáticos para a sociologia, conforme indicado na introdução. Através de buscas em periódicos acadêmicos e na internet em geral de fevereiro a abril de 2023, identificou-se sete jogos relevantes: “Lutas Simbólicas” (SIQUEIRA, 2015), “República em Jogo” (SILVA; LIMA; COSTA, 2017), “Banco Latifundiário” (OLIVEIRA; PUHL; YOSHIMURA, 2020, p. 265-266), “Jogo dos Clássicos” (SANTOS; APOLINARIO, 2020, p. 280),

“Republicana” (BARBOSA, 2021), “Kapital” (DELORENZO, 2022), “Jogo da Política” e “Agência” (SILVA, 2022).

“Lutas simbólicas” é um jogo de cartas que possibilita reflexões sobre as desigualdades sociais presentes no mundo que conhecemos a partir da teoria do sociólogo Pierre Bourdieu. De acordo com o material consultado, a acentuação da aprendizagem proporcionada pelo jogo está nas emoções motivadas pelas experiências sociais e cotidianas. As emoções exploradas por este jogo abrangem egoísmo, individualismo, raiva, decepção, angústia; bem como solidariedade, alegria e senso de realização e completude. Neste jogo, o desafio do docente de Sociologia no Ensino Médio é conseguir

trabalhar a conexão entre as emoções vividas pelos estudantes com as exigências do currículo escolar, fazendo deste, uma ferramenta de ensino-aprendizagem eficaz para a absorção de conteúdo.

“Banco Latifundiário” e “Kapital” são duas adaptações de jogos conhecidos e comercializados em larga escala desde a década de 1980 (“Banco imobiliário” e “Jogo da vida”, respectivamente), contudo merecem ser mencionados, por uma razão. Os jogos podem ser utilizados como ferramentas de ensino-aprendizagem para criticar aspectos específicos relacionados ao sistema econômico capitalista (no caso do jogo Banco Latifundiário), e ao *status quo* vigente (como propõe o Jogo Kapital), distanciando-se das propostas originais destes jogos. “Direitos Humanos na Jogada” também é um jogo inspirado em jogos de *quiz* em formato comercial, porém com uma proposta que não reproduz o conhecimento tradicional sobre direitos humanos. As cartas trazem conteúdo crítico e reflexivo acerca dos temas tratados.

O “Jogo dos Clássicos” é uma adaptação dos jogos de trilha, porém com inovações na mecânica de jogo que o diferencia de outros da mesma espécie voltados ao aprendizado sobre os autores clássicos - Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. “Direitos Humanos na Jogada” se diferencia deste jogo ao propor um quadro metafórico para que diversas teorias possam incidir interpretativamente sobre os eventos do jogo. Direitos Humanos na Jogada acaba, portanto, sendo mais flexível que este jogo no que tange à aplicação em sala de aula.

“Jogo da Política” e “República em Jogo”, por sua vez, buscam inserir os estudantes em dinâmicas de construção de decisões relacionadas as instituições públicas, como a aprovação de leis ou ações do poder executivo. Em termos didáticos e sociológicos, estes jogos podem ser utilizados como referências para reflexões críticas sobre a relação entre o sistema político vigente, as regras burocráticas, as representatividades e os interesses em disputa.

O jogo “Republicana” é um jogo de carta inspirado no jogo comercial chamado “Uno”. Em “Republicana” a lógica do “Uno” é utilizada como “plataforma para associação de ideias”. No entanto, as regras do jogo são pouco criteriosas, não ficando claro a forma como o objeto de conhecimento se integra à mecânica do jogo. O ponto positivo, é o tempo e a forma de execução, pois é possível aplicar o jogo para dezenas de

estudantes ao mesmo tempo. Nesse aspecto, há uma proximidade entre os jogos “Republicana” e “Direitos Humanos na Jogada”.

Por fim, o jogo “Agência”, que consiste num jogo de cartas como uma metodologia ativa para o ensino de Sociologia na educação básica, tendo em vista os estudos sobre autores clássicos e contemporâneos. O jogo se assemelha, em termos de regras e estrutura, aos jogos de RPG. Possui personagens e regras complexas, que envolvem uma série de escolhas e ações. Contudo, é uma ferramenta difícil de ser utilizada no tempo de 1 aula, ou seja, 45 minutos, sendo, portanto, necessário disponibilizar de mais tempo para a realização do mesmo.

## 2.2 O desenvolvimento do jogo

Assim como os jogos descritos na seção anterior, “Direitos Humanos na Jogada” foi pensado como uma ferramenta pedagógica, de ensino-aprendizagem para a disciplina de Sociologia na Educação Básica, que tem como conteúdo curricular os temas - direitos humanos e cidadania.

Para elaboração do jogo, pensou-se numa proposta que dispunha de um formato em jogo de tabuleiro, o qual apresenta uma dinâmica diferenciada nas aulas de Sociologia. Assim, pesquisou-se sobre os modelos de tabuleiros para a elaboração do tabuleiro do jogo, bem como a forma como se dá a construção das perguntas e das cartas de um jogo de *quiz*. Com base nessa pesquisa, criou-se as cartas com afirmações que poderiam ser categorizadas como “verdadeira” ou “falsa”, ou com perguntas com respostas diretas e dissertativas.

Considerando o fato de que as aulas de Sociologia possuem 45 minutos, o jogo de tabuleiro não poderia ser muito extenso e por isso optou-se por um formato de jogo que abordasse o conteúdo, de modo direto e eficaz. Assim, escolheu-se o jogo no formato de tabuleiro por

se tratar de jogos e ludicidade em seu sentido mais amplo, um tipo de jogo se destaca, os jogos de tabuleiro, por promoverem a interação direta entre um grupo de jogadores, sem exigir meios eletrônicos como mediadores desta interação, favorecendo assim a ação do professor como facilitador do processo de criação do ambiente lúdico (PRADO, 2018 p. 36).

Assim sendo, o tabuleiro é constituído de 30 casas coloridas. As cores estão de acordo com os temas específicos que são explorados nas cartas que compõem o *quiz*. Ouseja, a cor da casa determina a cor da carta que será escolhida pelo jogador(ar) e, conseqüentemente, o tema que será explorado.

As cartas possuem perguntas afirmativas, com opção de resposta “verdadeiro” ou “falso” e perguntas mais dissertativas, que requer do jogador(ar) uma resposta objetiva sobre o assunto tratado. Os temas abordados nas cartas que compõem o jogo são:

- Histórico dos direitos humanos;
- Direitos humanos no Brasil;
- Direitos culturais e a diversidade;
- Direitos políticos, direitos civis e sociais;
- Sustentabilidade;
- Atualidades.

O resultado final do tabuleiro a partir dos temas e das cores ficou da seguinte forma:

Figura 1 - Tabuleiro do Jogo “Direitos Humanos na Jogada”

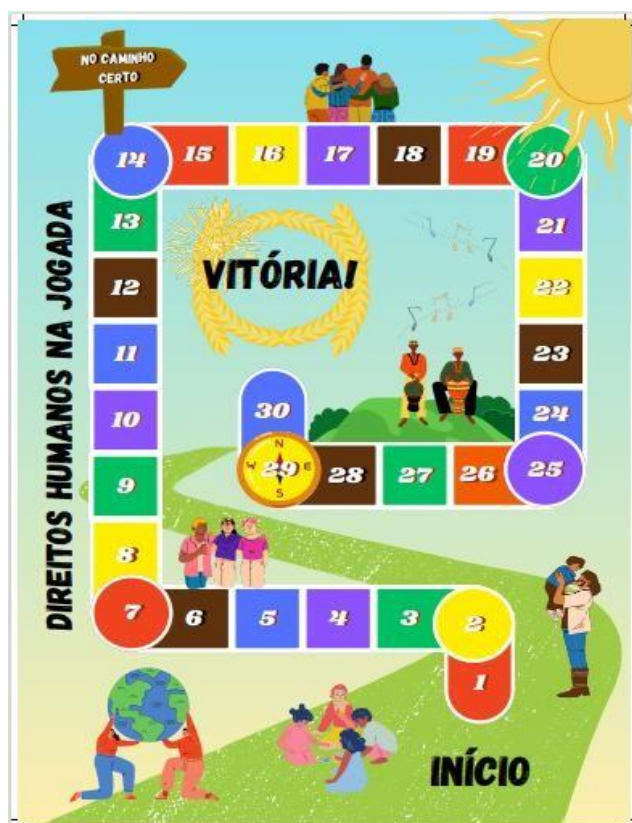


Figura 1: arte do tabuleiro do Jogo “Direitos Humanos na Jogada”  
Fonte: elaborado pela autora (2023).



A seguir apresentarei as regras do jogo, que serviu de base para a concepção e criação do tabuleiro.

### **2.3 As regras do jogo**

Criar as regras do jogo foi uma etapa desafiadora, principalmente porque tinha como meta trabalhar tanto a questão da competitividade como também da solidariedade entre os jogadores, ou seja, oportunizar momentos em que cooperar pode ser a saída para superar as cartas desafio e dar continuidade ao jogo. Tendo isso em vista, o jogo “Direitos Humanos na Jogada” é um jogo de *quiz*, composto de 182 cartas que tratam de temas relacionados aos direitos humanos.

O objetivo do jogo é promover experiências lúdicas que ajudem os estudantes de ensino médio, que cursam Sociologia, a compreenderem o conteúdo de forma leve e divertida. Assim sendo, o jogo “Direitos Humanos na Jogada” pode ser jogado de forma individual ou em equipes, que precisam percorrer todo o tabuleiro para chegar ao final do jogo, casa intitulada Vitória no tabuleiro. Quem chegar primeiro ao final, vence o jogo.

As informações gerais e específicas que acompanham o jogo (produto) e servem de fio condutor para que os participantes possam jogar são:

#### **1- Informações gerais:**

- Idade: a partir dos 14 anos
- Número de jogadores: 1 a 5
- Pode ser jogado por 2 até 5 jogares ou equipes

#### **2- Componentes:**

- 1 tabuleiro
- 136 cartas de Nível Fácil
- 36 cartas de Nível Médio
- 10 cartas de Nível Desafio
- 4 peões
- 1 dado

### 3- Introdução:

Respondendo às perguntas de múltipla escolha, dissertativas e a questões de falso ou verdadeiro, os jogadores vão mostrar e testar seus conhecimentos gerais e específicos nos mais diversos assuntos relacionados aos direitos humanos. O jogo acaba quando o primeiro jogador ou a primeira equipe chegar ao final do tabuleiro. Mas precisa de muita atenção, pois quem errar mais de 7 vezes está fora do jogo.

### 4- Objetivos:

Acertar o máximo de questões e chegar ao fim do jogo antes de todos os outros jogadores ou equipes.

### 5- Preparação:

- As cartas devem ser separadas por temas e cores e embaralhadas.
- Cada jogador ou equipe escolhe um peão e colocado no espaço início.

### 6- Cores e Temas das Cartas:

<b>Cores</b>	<b>Temas</b>
Vermelho	Direitos Humanos - conhecimentos gerais e históricos
Amarelo	Direitos Humanos no Brasil
Azul	Direitos Humanos - Arte e Cultura
Roxo	Direitos civis, políticos e sociais
Verde	Direitos Humanos e Sustentabilidade
Marrom	Atualidades

### 7- Como jogar?

1. Os jogadores ou equipes decidem no dado. Quem tirar o maior número, começa o jogo.
2. O jogador ou a equipe começa o jogo, jogando o dado (o dado só é utilizado no jogo para começar a partida). O jogador andará de acordo com o número indicado no dado. Ao parar numa casa do tabuleiro, o jogador deverá retirar a carta que corresponde a cor da casa que parou e solicitar ao jogador que está à sua direita que leia a pergunta que está na carta.
3. Após a leitura da pergunta, é necessário aguardar a resposta dada pelo jogador. Como interpretar a resposta:
  - A. Se o jogador ou a equipe acertar a resposta, a carta é devolvida ao final da pilha e seu peão avança uma casa à frente. Então a vez é passada ao jogador à sua esquerda.

- Carta de **nível fácil**: somente o jogador ou a equipe que acertou anda 1 casa.
- Carta de **nível médio**: somente o jogador ou a equipe que acertou anda 2 casas.
- Carta **desafio**: o jogador ou a equipe que acertou anda 2 casas e todos os outros jogadores ou equipes andam 1 casa.

B. Caso o jogador ou a equipe que tirou a carta **desafio** desistir da rodada, uma outra equipe poderá responder à pergunta. Se o jogador ou a equipe que respondeu, acertar, todos os jogadores ou equipes andam 1 casa.

C. Se o jogador errar a resposta, a carta é devolvida ao final da pilha. Então a vez é passada ao jogador à sua esquerda.

### **8- Fim do Jogo:**

O jogo termina quando um dos jogadores ou uma das equipes chegam ao final do tabuleiro, alcançando a casa Vitória! Em caso de interrupção do jogo, pode-se considerar vencedor o jogador ou a equipe que contabilizar o maior número de acertos realizados durante a partida.

### **9- Empate:**

Em caso de empate, quem tiver acertado o maior número de cartas de Desafio será o vencedor. Se persistir o empate, o jogador que acertou mais cartas de Nível Médio será o vencedor.

### **10- Jogo para um jogador:**

É possível divertir-se sozinho com o jogo. As regras serão as mesmas e é preciso desafiara si mesmo para chegar ao final do tabuleiro. Dessa forma, o jogo contribui para testar seus conhecimentos e aprender sobre os assuntos que você ainda não conhece.

### **11- Jogo em equipes:**

O jogo também pode ser jogado em equipes. Nesse caso, cada equipe participa com um só peão e age como se fosse um só jogador. Os membros da equipe podem trocar ideias entre si antes de dar uma resposta, deixando só um jogador dar a resposta final.

Assim sendo, apresentar-se-á no próximo Capítulo a descrição do pré-teste do jogo, as interpretações dos dados coletados após o pré-teste e as conclusões do trabalho.

## CAPÍTULO 3

### DIREITOS HUMANOS NA JOGADA: A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-TESTE

#### 3.1 Descrição do pré-teste do jogo: da ideia ao produto

O pré-teste foi realizado no dia 12 de julho, de 2023, às 17:00hrs, nas dependências do Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Ciências Sociais, localizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. No total, 4 pessoas participaram do pré-teste, dentre eles: 3 estudantes do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, e 1 estudante do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura.

Após todos se acomodarem na sala, iniciamos a experiência vivencial do pré-testado jogo. Primeiramente, expliquei aos participantes a ideia e a dinâmica do jogo, e logo após, apresentei o tabuleiro, as cartas e demais componentes. No momento seguinte, distribuí o TCLE para ser assinado e as regras do jogo a todos os participantes, que após a leitura dos documentos, tiraram suas dúvidas antes de iniciar o jogo.

Posto isto, os participantes começaram a jogar. Utilizaram o dado para determinar o primeiro jogador ou jogadora, bem como andar pelo tabuleiro. Tal como descrito nas regras do jogo no Capítulo 2, ou seja, o primeiro jogador tirou uma carta da cor da casa que parou no tabuleiro e solicitou ao jogador que estava à sua direita que lesse a perguntada carta. Após a leitura da pergunta, o jogador proferiu sua resposta, que estava correta. Sendo uma carta fácil, andou uma casa no tabuleiro. O segundo jogador estava a esquerda do primeiro jogador. Os procedimentos do segundo jogador foi exatamente igual ao primeiro, porém, não obteve êxito na resposta, e por isso, permaneceu no lugar em que estava no tabuleiro. Os outros dois participantes seguiram a lógica do jogo, sem apresentarem dificuldades.

A cada rodada, crescia o interesse e o envolvimento do grupo com o jogo. Observei que a base dos argumentos utilizados para a defesa de algumas ideias acerca das afirmações ou perguntas presentes nas cartas, partiam de conhecimentos adquiridos durante a trajetória escolar e, por vezes, de representações oriundas do senso comum.

Nesse sentido, o jogo permite reforçar o conteúdo trabalhado em sala de aula de maneira descontraída, prazerosa e integrada.

## Figuras de 2 a 5: Registros do pré-teste do jogo



Figuras 2, 3, 4 e 5: registros do pré-teste do jogo - “Direitos Humanos na Jogada”.  
Fonte: elaborado pela autora (uso da imagem autorizada pelos participantes do pré-teste).

Após a finalização do jogo, aplicou-se um questionário com questões fechadas, disponibilizado na plataforma online Google Forms. O formulário foi composto por 33 perguntas, sendo um bloco de perguntas dedicado a coletar as opiniões dos participantes sobre o design, a estrutura e as regras do jogo, um outro bloco voltado a coleta de dados sobre o jogo enquanto uma ferramenta de ensino-aprendizagem em Sociologia e direitos humanos, e por fim, um bloco relacionado a satisfação do participante com o jogo. O objetivo deste questionário consistiu em levantar dados para analisar se as intenções estabelecidas para o desenvolvimento deste trabalho foram alcançadas. Desta forma, o questionário apresenta perguntas relacionadas a experiência dos participantes na atividade proposta.

### 3.2 Dados de Campo: a experiência do pré-teste pela ótica dos participantes

A seguir, apresento os dados coletados a partir da aplicação do questionário disponibilizado no Google Forms e a interpretação dos mesmos.

Importante salientar que os dados estão organizados em 3 grandes blocos. O primeiro bloco é composto por questões relacionadas a estrutura e design do jogo. O segundo bloco trata das regras, dinâmica e ritmo do jogo. E, por fim, o terceiro bloco que se refere ao jogo como um instrumento de ensino-aprendizagem sobre direitos humanos e Sociologia para estudantes do Ensino Médio. Os gráficos serão apresentados em forma de pizza.

A seguir, será apresentado os gráficos das perguntas do questionário.

Gráfico 1: O design do jogo é atraente?

4 respostas

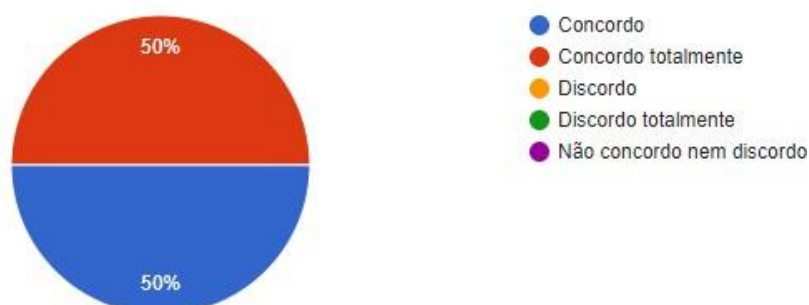
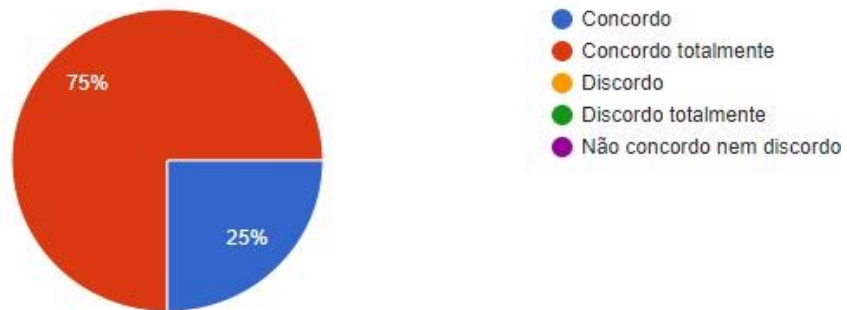


Gráfico 2: Há uma combinação entre o texto, cores, fontes, havendo consistência entre eles?

4 respostas



Em relação ao design do jogo, aspecto retratado nos gráficos 1 e 2, o jogo obteve 100% de aprovação dos participantes, o que denota que há um alinhamento entre a proposta e a estética do jogo.

Gráfico 3: Você precisou aprender poucas coisas para começar a jogar?

4 respostas

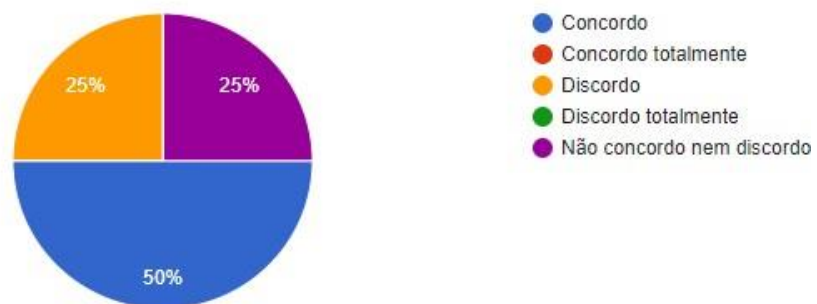


Gráfico 4: Aprender a jogar esse jogo foi fácil?

4 respostas

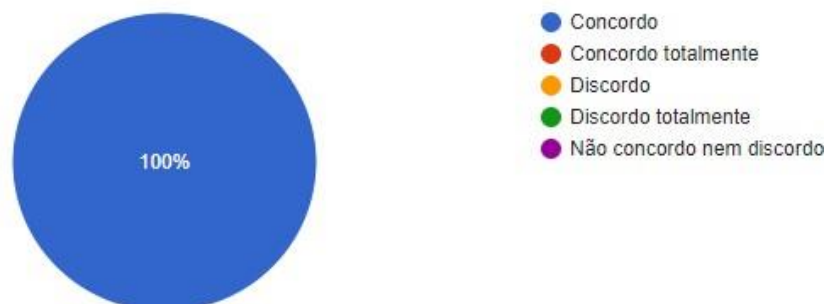


Gráfico 5: As pessoas teriam facilidade em aprender esse jogo?

4 respostas

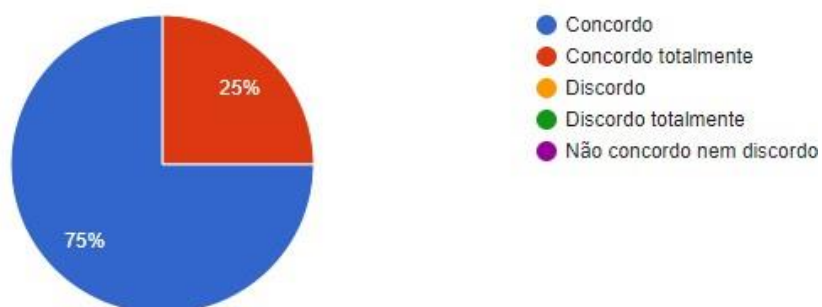


Gráfico 6: Você considera que o jogo é fácil de jogar?

4 respostas

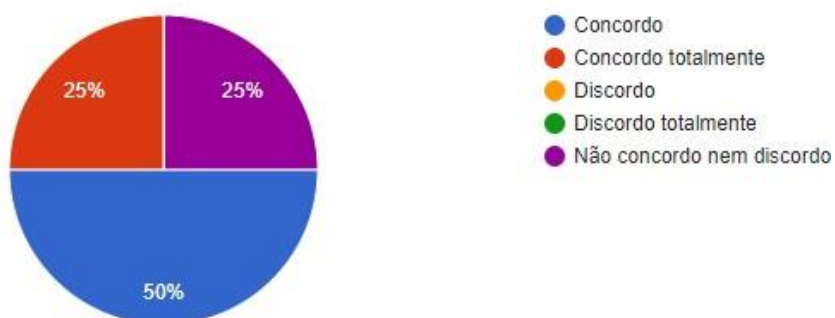
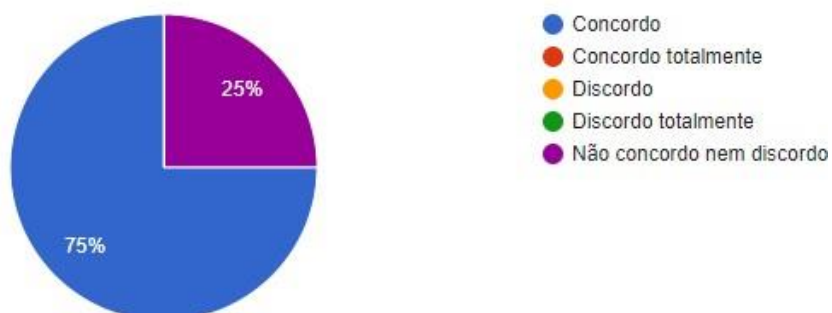


Gráfico 7: O jogo possui regras claras e compreensíveis?

4 respostas



Em relação a estrutura e as regras do jogo, tal como retratado nos gráficos de 3 a 7, os dados apontam que os participantes não tiveram dificuldade para compreender as regras, bem como iniciar e acompanhar a dinâmica e o ritmo do jogo.



A ausência de dificuldade dos participantes para compreender o jogo, aponta que o jogo tem uma linguagem de comunicação direta, o que facilita a aplicação do instrumento com estudantes de diferentes faixas etárias.

Gráfico 8: Quanto as letras utilizadas no jogo são legíveis?

4 respostas

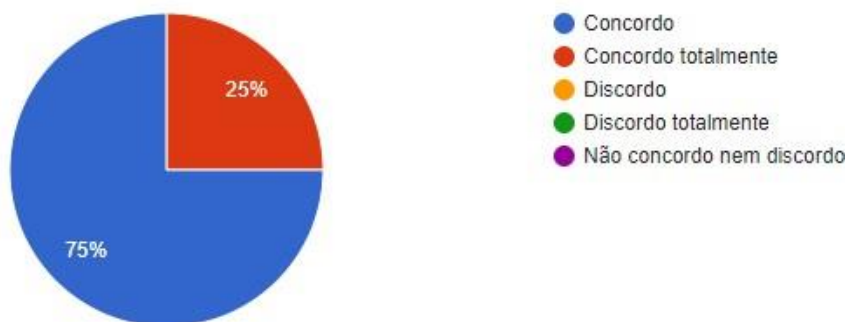


Gráfico 9: As cores utilizadas pelo jogo são compreensíveis?

4 respostas

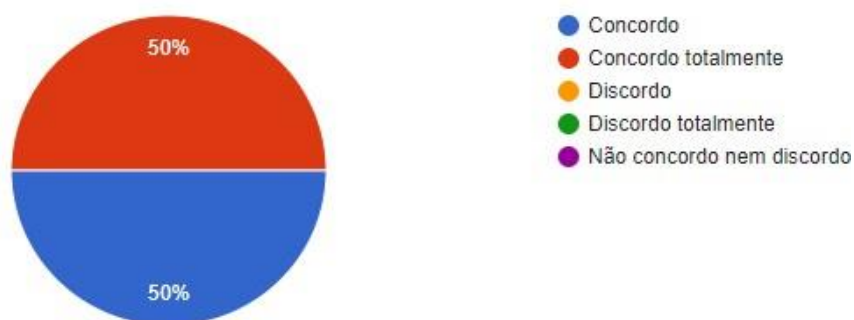


Gráfico 10: Quando você olhou pela primeira vez para o jogo, você teve a impressão de que seria fácil para você?

4 respostas

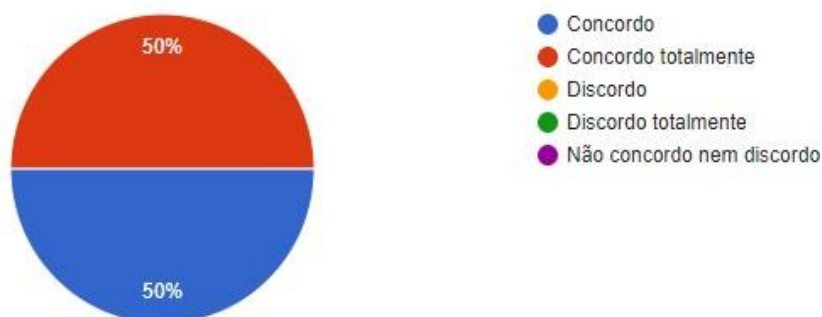
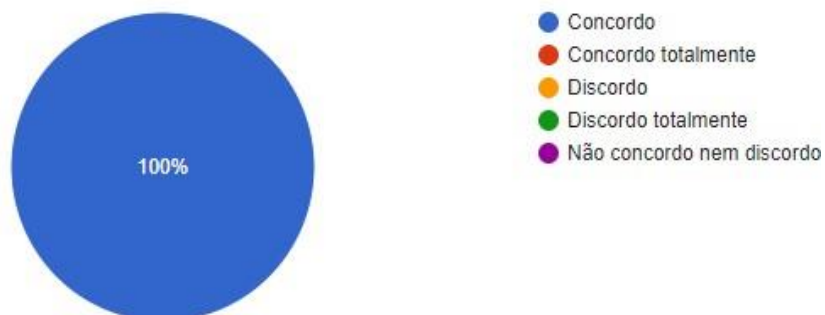


Gráfico 11: A organização do conteúdo lhe deu confiança de que você iria aprender com este jogo?

4 respostas



Ainda sobre a estrutura do jogo, os gráficos de 8 a 11, apontam que o design do tabuleiro, em especial as cores, fontes e a organização transmitiram confiança aos participantes, estimulando-os a experimentar o jogo e a mergulhar na brincadeira, tal como advoga Kishimoto (1999), ao argumentar sobre a importância de uma pedagogia mais ativa e capaz de promover o despertar tanto do conhecimento como das subjetividades dos estudantes.

Gráfico 12: Este jogo é adequadamente desafiador para você?

4 respostas

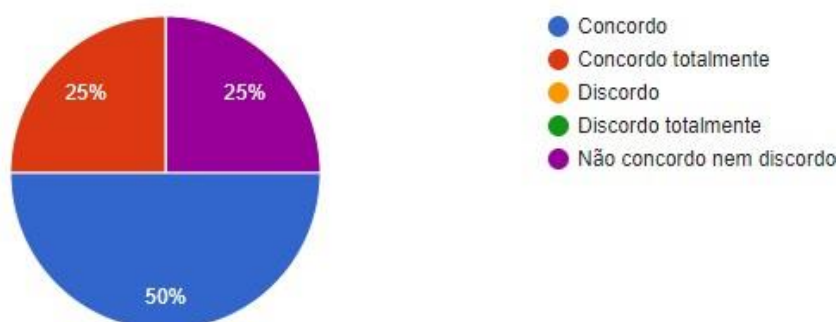


Gráfico 13: O jogo oferece novos desafios com um ritmo adequado?

4 respostas

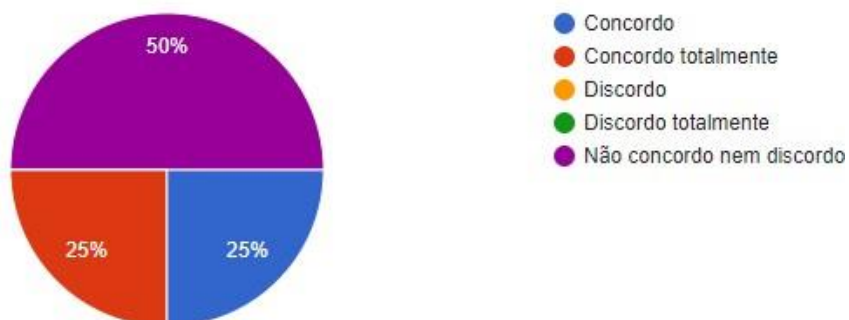
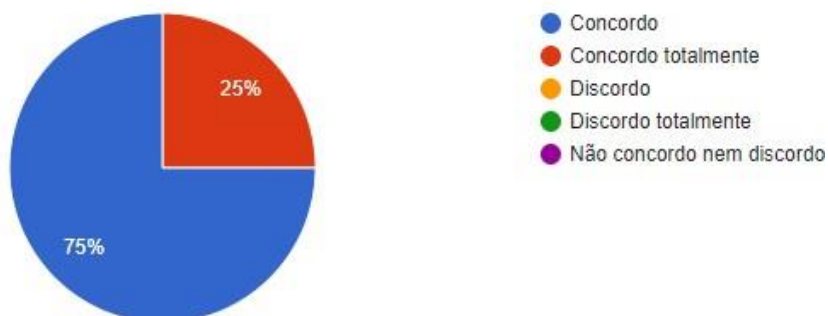


Gráfico 14: O jogo não se torna monótono nas suas tarefas?

4 respostas



Em relação a dinâmica e ao ritmo do jogo, os gráficos 12, 13 a 14, demonstram que os desafios propostos pelo jogo promovem um ritmo e uma dinâmica que estimula o engajamento dos participantes, bem como o desejo de continuar jogando. Nesse sentido, “Direitos Humanos na Jogada” se consolida como um instrumento de ensino- aprendizagem que consegue promover o aprendizado através da brincadeira e do contato com a ludicidade.

Gráfico 15: Você teve um sentimento de realização ao completar as tarefas do jogo?

4 respostas

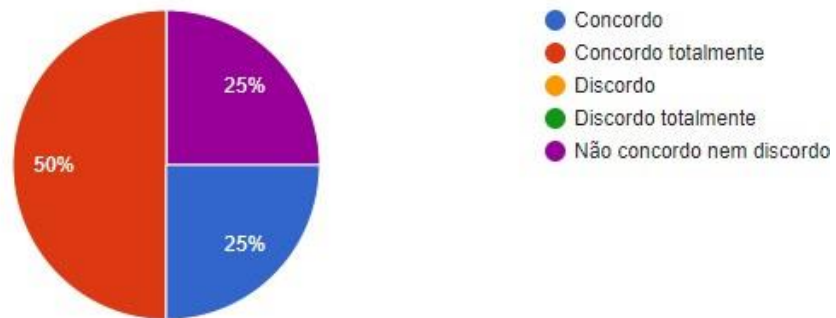


Gráfico 16: Foi devido a seu esforço pessoal que você conseguiu avançar no jogo?

4 respostas

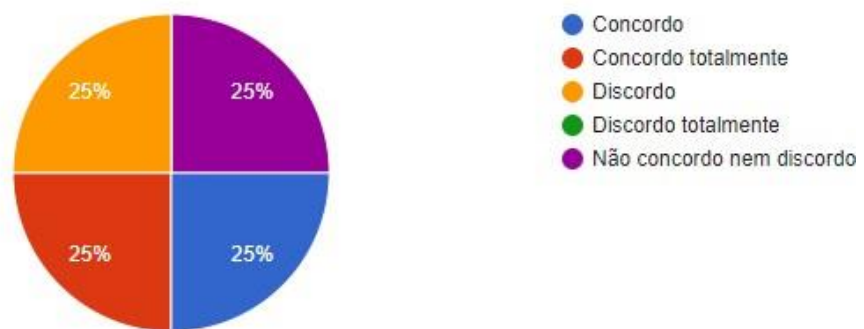


Gráfico 17: Você se sentiu satisfeito com as coisas que aprendeu no jogo?

4 respostas

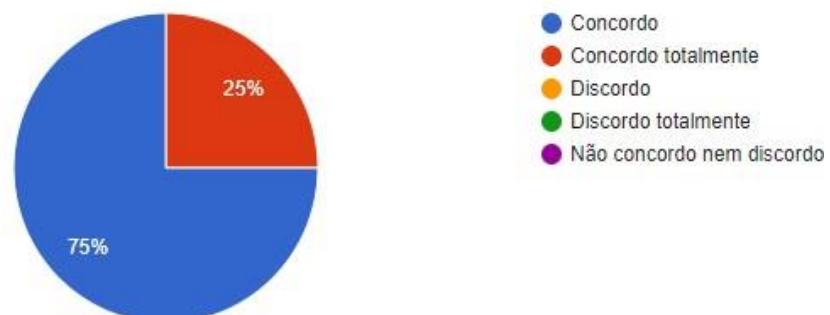
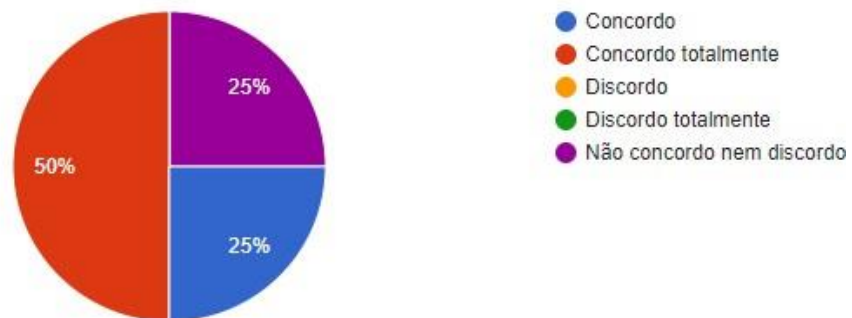


Gráfico 18: Você recomendaria este jogo para seus colegas?

4 respostas



Em relação a satisfação pessoal em relação ao jogo e ao ato de jogar, os gráficos de 15 a 18 demonstram que o produto atingiu o objetivo principal, isto é, gerou 100% de satisfação dos participantes em relação ao conteúdo sobre direitos humanos e Sociologia apreendido durante o jogo.

Gráfico 19: Você pode interagir com outras pessoas durante o jogo?

4 respostas

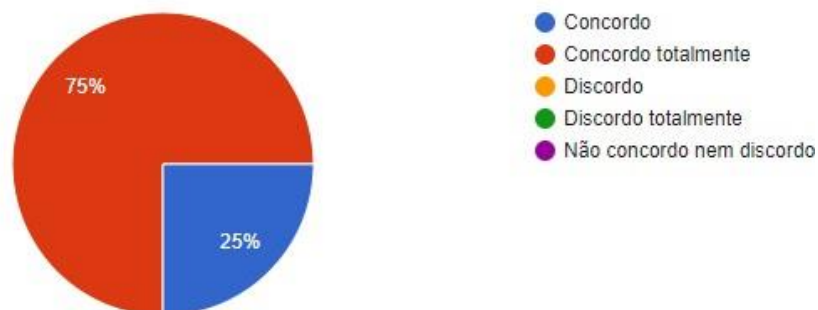


Gráfico 20: O jogo promoveu momentos de cooperação e/ou competição entre os jogadores?

4 respostas

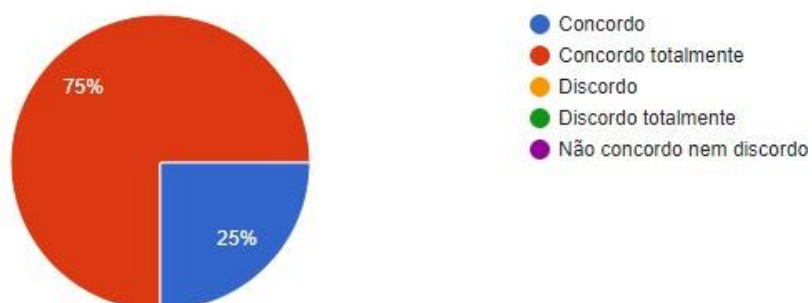
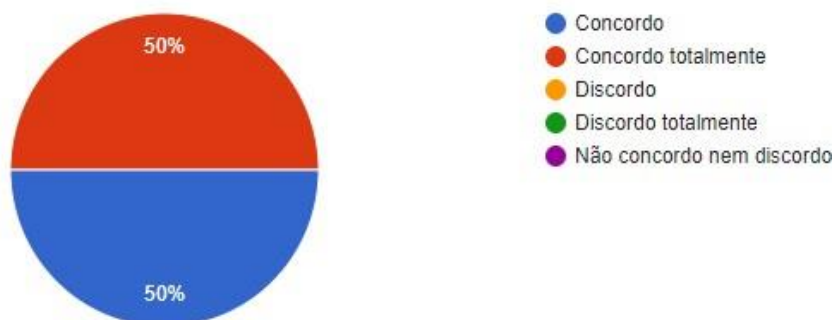


Gráfico 21: Você se sentiu bem interagido com outras pessoas durante o jogo?

4 respostas



Os dados dos gráficos 19, 20 e 21 apontam que o jogo pode ser utilizado em diversos espaços de socialização como prática e instrumento de promoção de novas relações sociais, sendo considerado pelos participantes como excelentes estimulantes que promovem a participação e o engajamento dos estudantes em sala de aula.

Gráfico 22: Você se divertiu com o jogo?

4 respostas

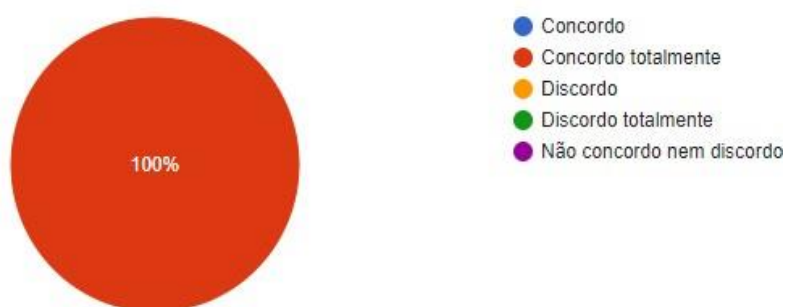
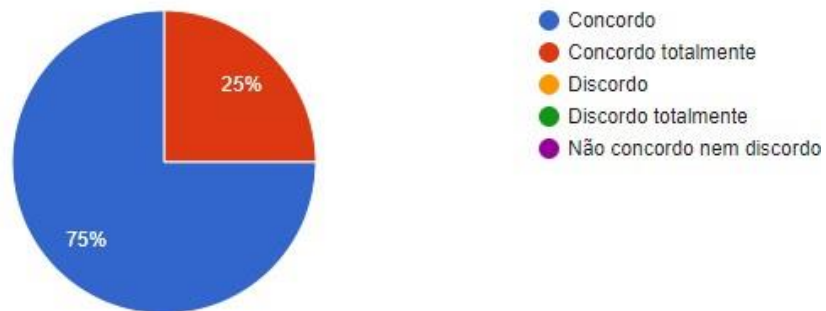


Gráfico 23: Aconteceu alguma situação durante o jogo que fez você sorrir?

4 respostas



Em relação ao prazer gerado pelo jogo, bem como a conexão com o brincar, os dados demonstram que o produto atingiu a meta para o qual foi criado, ou seja, 100% dos participantes se divertiram com o jogo e sorriram durante a experiência. Desse modo, o jogo propiciou dois níveis de experiência para os participantes - o brincar como “libertação” (Benjamin, 2004, p.85) e o jogar como uma forma de interação e desocialização.

Gráfico 24: Houve algo interessante no início do jogo que capturou sua atenção?

4 respostas

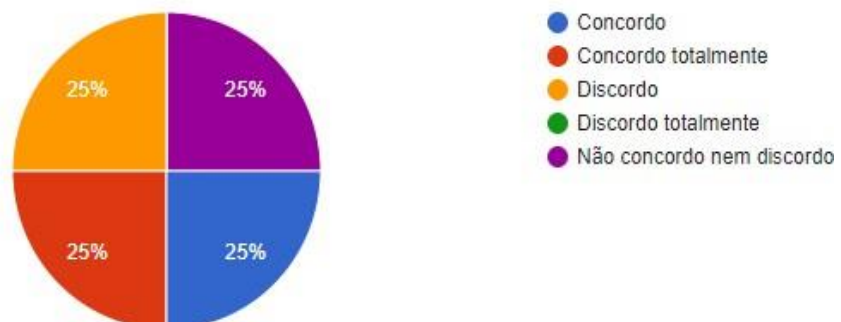


Gráfico 25: Você ficou tão envolvido no jogo que perdeu a noção do tempo?

4 respostas

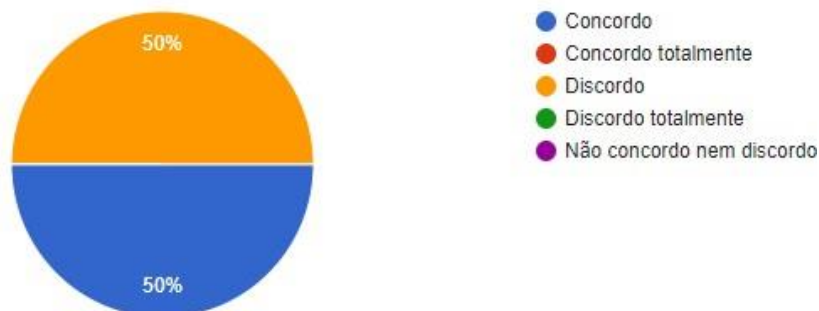
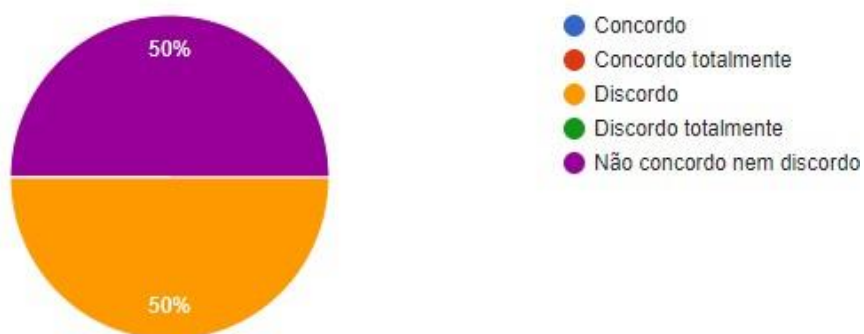


Gráfico 26: Você esqueceu sobre o ambiente ao seu redor enquanto jogava este jogo?

4 respostas

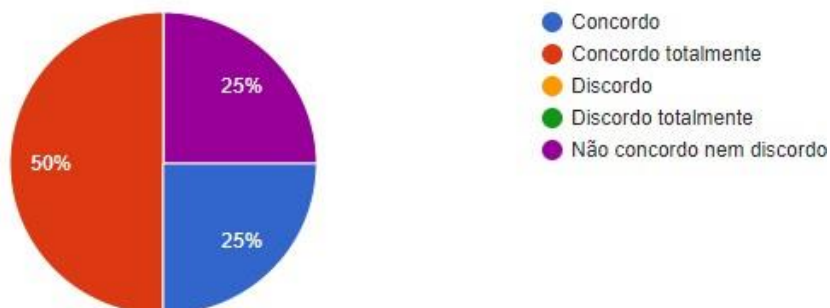


Em relação ao gráfico 24, 50% dos participantes afirmaram que o jogo conseguiu capturar a atenção desde o início, enquanto que os outros 50% não se sentiram muito atraídos ao entrar em contato com o jogo. O gráfico 25 revela que 50% dos participantes conseguiram se desconectar do fator tempo, o que denota que o jogo foi envolvente e gerou engajamento. Já os outros 50% manifestaram que não se desligaram do fator tempo. Por fim, o gráfico 26 demonstra que o jogo não conseguiu promover uma desconexão entre a experiência e o local onde realizou-se o pré-teste.



Gráfico 27: O conteúdo do jogo é relevante para aprender sobre Direitos Humanos?

4 respostas



O gráfico 27 demonstra que 75% dos participantes consideram o jogo “Direitos Humanos na Jogada” um instrumento de ensino-aprendizagem eficaz para o aprendizado sobre o conceito de direitos humanos na disciplina de Sociologia.

Gráfico 28: É claro para mim como o conteúdo do jogo está relacionado com a disciplina de Sociologia?

4 respostas

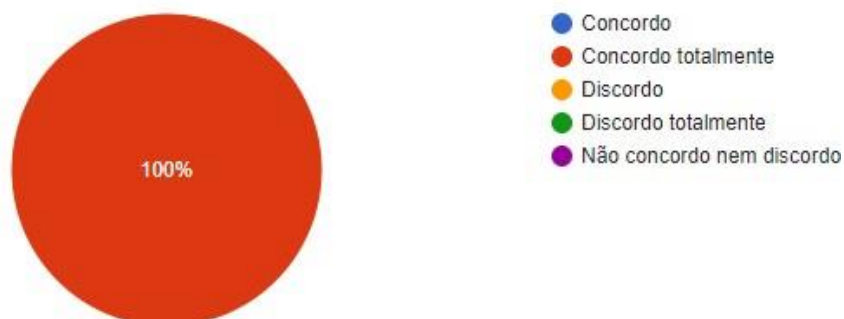
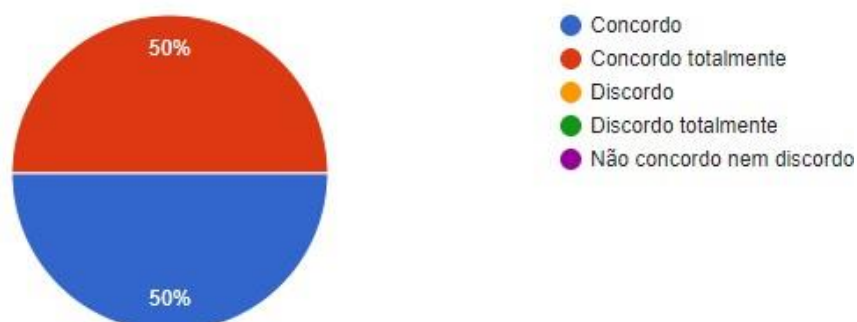


Gráfico 29: O jogo é um método de ensino adequado para a Sociologia?

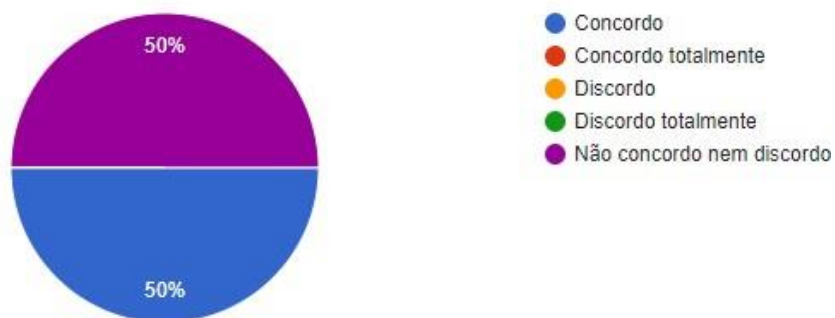
4 respostas



Na sequência, os gráficos 28 e 29 demonstram que há uma clara conexão entre o conteúdo apresentado pelo jogo e a disciplina de Sociologia, sendo considerado um instrumento eficaz e que contribui para a aprendizagem do conteúdo.

Gráfico 30: Você prefere aprender com este jogo do que com outro método de ensino?

4 respostas



Em relação ao jogo enquanto um método de ensino, 50% dos participantes manifestaram que preferem aprender sobre direitos humanos com este jogo do que com outro método de ensino. Os outros 50% dos participantes não conseguiram se posicionar de forma clara em relação a essa pergunta.

Gráfico 31: O jogo contribuiu para a sua aprendizagem em Sociologia?

4 respostas

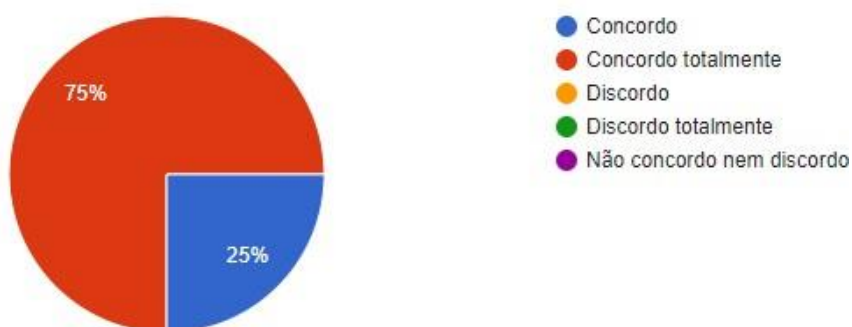
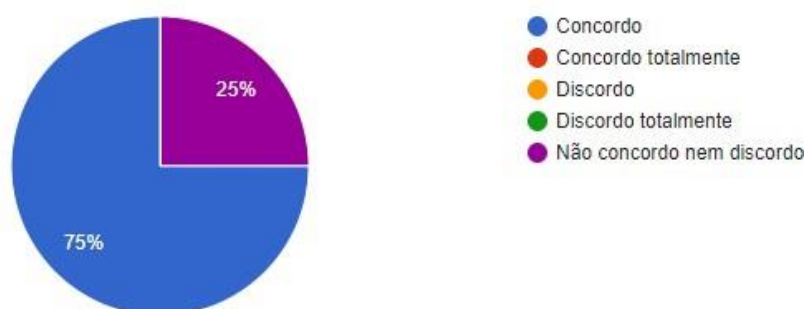


Gráfico 32: O jogo foi eficiente para sua aprendizagem, em comparação com outras atividades de Sociologia?

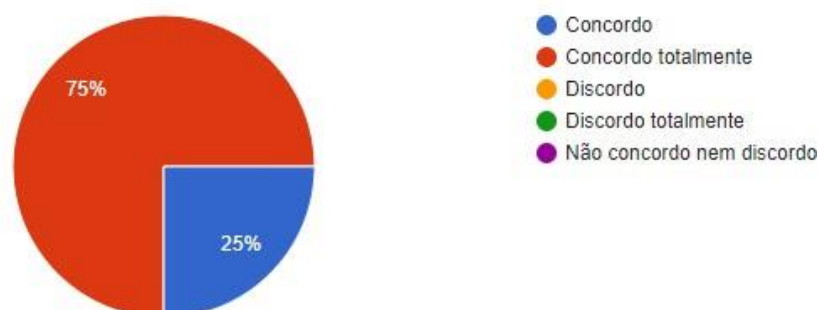
4 respostas



De acordo com o gráfico 31, 100% dos participantes consideram que o jogo contribuiu para a sua aprendizagem em Sociologia e no gráfico 32, 75% dos participantes consideram o jogo como um instrumento eficiente de aprendizagem, ao comparar com outros recursos didáticos e atividades de Sociologia.

Gráfico 33: O jogo contribuiu para a sua formação em Sociologia?

4 respostas



Por fim, 100% dos participantes concordaram que o jogo é um recurso didático e um instrumento de ensino-aprendizagem eficiente e eficaz, na medida em que contribui de forma significativa para a compreensão dos direitos humanos a partir do ponto de vista sociológico, contribuindo para a fixação do conteúdo, bem como a formação histórica e crítica acerca da realidade brasileira e mundial.

## 4 CONCLUSÃO

No ano em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 70 anos, reacende o debate sobre a problemática dos direitos humanos. Do plano internacional ao local, das questões globais às da vida cotidiana, os direitos humanos atravessam nossas preocupações e definem projetos, tanto pessoais como coletivos. Desde a promulgação da Declaração Universal da ONU, em 1948, os direitos humanos tornaram-se componentes fundamentais das sociedades democráticas atuais. Mesmo que marcado pela ambivalência, autores como Norberto Bobbio (1992, 2002) e Lynn Hunt (2009), afirmam a importância dos direitos humanos para a construção, consolidação e legitimação de governos democráticos.

A Conferência Mundial de Viena sobre os Direitos Humanos, realizada em 1993, para comemorar os 45 anos da promulgação da Declaração Universal, reafirmou a universalidade, a indivisibilidade, interdependência e interrelação dos direitos das diferentes gerações, ou seja - civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

No plano nacional, a partir da Constituição de 1988, que incorporou as diretrizes internacionais sobre os direitos humanos, o estado brasileiro possui um significativo conjunto de leis e políticas públicas centradas na proteção e promoção dos direitos humanos. No âmbito da Educação, o surgimento de uma proposta que contemple a inserção dos direitos humanos nos currículos escolares ainda é recente, pois esta surgiu apenas no ano de 2007, a partir de ampla discussão em todos os estados da federação, que culminou com o relançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Porém, a realidade mostra-se contraditória, pois se por um lado possuímos um conjunto de leis e políticas públicas de proteção e promoção dos Direitos Humanos, por outro, convive-se com violações sistemáticas destes direitos. Desigualdade social, múltiplas formas de violência, preconceito, discriminações e fragilidade dos direitos básicos fazem parte do cotidiano da sociedade brasileira.

Neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais para a promoção e a afirmação dos direitos humanos por meio da partilha de saberes, tendo em vista o respeito à diversidade e à pluralidade com relação aos jeitos diferentes de ser e de conviver.

Nesse sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais, apresentou os resultados de uma pesquisa teórica que subsidiou a criação e o desenvolvimento de um instrumento lúdico de ensino-aprendizagem em direitos humanos para professores e alunos/as de Sociologia no Ensino Médio no Brasil, tendo em vista a

necessidade de dispor de materiais adequados, tanto para a formação de professores, quanto para o uso em sala de aula, junto aos estudantes.

Assim, surgiu o “Direitos Humanos na Jogada”, um jogo de tabuleiro em forma de *quiz* com o objetivo de auxiliar os professores de Sociologia do Ensino Médio que desejam trabalhar com este tema em sala de aula. Embora ele contenha em si algumas possibilidades de uso, explorou-se uma proposta de atividade em que ele é utilizado para introduzir o debate sobre direitos humanos por meio de perguntas que abordam o histórico dos direitos humanos internacional e local, bem como as múltiplas variações desses direitos na atualidade.

Após a elaboração do instrumento, realizou-se um pré-teste com estudantes de graduação em Ciências Sociais e Ciências Biológicas da UFSC. O objetivo foi testar o tabuleiro, as peças, as regras, a eficiência das cartas, a dinâmica do jogo, e o tempo de execução, observando o engajamento dos participantes e o interesse pelas perguntas contidas nas cartas.

De acordo com os dados coletados com a aplicação do questionário, o jogo “Direitos Humanos na Jogada”, é um instrumento lúdico eficiente e eficaz que pode ser utilizado em sala de aula para complementar os estudos sobre direitos humanos, especialmente na disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Nota-se que 100% dos participantes do pré-teste consideraram que o jogo contribui para a aprendizagem do tema em Sociologia, indo ao encontro dos argumentos de Kishimoto (1999) que o jogo educativo utilizado em sala de aula precisa ir além das brincadeiras para se tornar um instrumento de aprendizado.

Por fim, é importante frisar que este trabalho também evidencia a necessidade de investimentos na formação de professores/as para a educação em direitos humanos, assim como a utilização de estratégias pedagógicas ativas, participativas e de construção coletiva para a efetivação dos direitos humanos.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Adriano Simioniet al. A importância da Sociologia para o desenvolvimento do aluno no Ensino Médio. Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, [S.l.], v. 7, n. 1, mar. 2019. Disponível em:

[http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais\\_linguagem\\_tecnologia/article/view/15024](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/15024). Acesso em: 23 junho. 2023.

AVANÇO, Leonardo Dias; LIMA, José Milton de. **Diversidade de discursos sobre jogo e educação**: delineamento de um quadro contemporâneo de tendências. Educação e Pesquisa: São Paulo, v. 46, 2020.

Base Curricular Comum Nacional – BNCC. Brasil. 2018. Em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 03/05/2021.

BARBOSA, Fabielle Silva Nogueira. **Republicana: a construção de um material didático para o ensino de sociologia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2021.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_, W. **Reflexões; a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: ed. 34, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 out. de 2022.

BOBBIO Norberto. **A Era do Direito**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.

BONAVIDES, Paulo. A Quinta Geração de Direitos Humanos Fundamentais. In: **Direitos Fundamentais e Justiça**, n° 3, abril/junho de 2008.

BRASIL. Decreto N° 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto N° 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm). Acesso em: 06 out. 2022.

BRASIL. Decreto N° 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D65810.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html). Acesso em: 09 out. de 2022.

BRASIL. Decreto N° 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm). Acesso em: 06 out. de 2022.

BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 09 out. de 2022.

BRASIL. Lei N° 13.145, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: Acesso em: 23 set. 2020. BRASIL. Secretaria de Estados dos Direitos Humanos. Portaria SEDH N° 98, de 09 de julho de 2003. Institui o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

- Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 09 out. de 2022.
- BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- CADERNO DE DIREITOS HUMANOS/PDE Mais Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2013.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora Da UNESP (FEU), 1999.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: principais desafios**. Rio de Janeiro: 2005. (mimeo)
- CBIC. A solução do déficit habitacional no Brasil passa pela industrialização na construção. Disponível em: <https://cbic.org.br/a-solucao-do-deficit-habitacional-no-brasil-passa-pela-industrializacao-na-construcao/>. Acesso em: 26/02/2023.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro. **O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares**. In: Revista Café com Sociologia, v. 3, jan. de 2014.
- COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2008, p. 52. Acesso em: 09 out. de 2022.
- CNN Brasil. Brasil tem 33 milhões passando fome, como disse Lula? Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-33-milhoes-passando-fome-como-disse-lula-entenda-a-divergencias-de-numeros/>. Acesso em 26/02/2023.
- DELORENZO, Dri. Kapital: Jogo de tabuleiro ‘Banco Imobiliário’ anticapitalista chega ao Brasil. **Revista Fórum**, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdh7yxtx>. Acesso em: 1 junho 2023.
- FRAGA, Alexandre Barbosa; LAGE, Giselle Carino. Dilemas e Perspectivas da Sociologia na Educação Básica. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. Disponível em: <http://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/596/509>. Acesso em: 20 de junho de 2023.
- FEITOSA, L. **Juventudes & Travessias: O que pensam os jovens acerca de suas trajetórias escolares e profissionais?**. São Paulo, 2019.
- GRIGOLI, Juliana de Jesus. **Infância, Trabalho Escravo e Direitos Sociais: o Brasil e os direitos humanos em questão**. Dissertação defendida em 2003. Departamento de Sociologia Política – CFH/UFSC.
- GRIGOLI, Juliana de Jesus. **Política de Memória Histórica no Brasil: um estudo de Sociologia Política**. Florianópolis: Em Debate - UFSC, 2016.
- HANDFAS, Anita. A Sociologia na Educação básica. In: **As pesquisas sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica**. (Orgs): SILVA, Ileizi F., GONÇALVES, Danyelle N. Editora Annablume, SP, 2017.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento de cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_, M. Tizuko. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

\_\_\_\_\_, M. Tizuko. **Jogos, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano. **Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade**. In: LUCKESI, Cipriano (Org.). **Ensaio de ludopedagogia**. Salvador: UFBA/FACED, 2000.

MACEDO, L. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2007.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 57-114.

MOYLÉS, J. R. (2006) **Só Brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Trad. Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do Ensino de Sociologia na Educação Básica. Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, July-Dec., 2013. In: **Acta Scientiarum. Education**. Acesso em 03 de julho de 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20222/pdf>.

OLIVEIRA, Amanda Cristina de; PUHL, Júlia; YOSHIMURA, Lucas Rigo. Sociologia em Movimento: temas geradores e metodologias ativas na construção da sala de aula multicultural. **IV Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, p. 264-267, 2020.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, Jean. **A formação do Símbolo na criança Imitação: jogo e sonho, imagem e representação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Publicado em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 04/11/2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; CHAUI, Marilena Chauí. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Andreia dos; APOLINARIO, Marina. Os Clássicos em Sociologia: a utilização de jogos didáticos como processo de ensino e aprendizagem. **IV Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, p. 279-282, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das ciências sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. (Org.). **Coleção explorando o ensino de Sociologia**. Brasília: MEC, 2010.

SILVA, José Martins da. Aprendendo a jogar: uma experiência nas aulas de Sociologia do Ensino Médio. **Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. CABECS, v.3, n. 2, p.11-25, 2019. Acesso em: 27 maio de 2023. Disponível em: <http://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/186>.



SILVA, Rafael Santana da; LIMA, Rogerio Mendes de; COSTA, Christine Sertã. **República em jogo**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017.

SILVA, Peterson Roberto. **O jogo de cartas Agência como metodologia ativa para introdução à sociologia no ensino básico**. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFSC. Florianópolis, 2022.

SILVEIRA, R. S; BARONE, D. A. **C Jogos educativos computadorizados utilizando a abordagem de algoritmos genéticos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de informática. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Computação, 1998.

SOUSA, Fernando Ponte. **Política de Memória Histórica: um estudo de Sociologia Histórica Comparada**. Florianópolis: Em Debate, 2011.

SIQUEIRA, Vinicius. **Jogo “Lutas Simbólicas” promete disseminar a teoria de Pierre Bourdieu**. Colunas Tortas, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/ynr6wmv3>. Acesso em: 1 julho 2023.

SOUZA, M.T.C.C. de. Intervenção Psicopedagógica: como e o que planejar? In: SISTO, F.F.; OLIVEIRA, G. de C.; FINI, L. D. T.; SOUZA, M.T.C.C. de; BRENELLI, R.P. (Orgs.). **Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem escolar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

## ANEXO A

### CARTAS DO JOGO – “DIREITOS HUMANOS NA JOGADA”

Abaixo, apresento os temas e as perguntas desenvolvidas para o jogo de *quiz* “Direitos Humanos na Jogada”.

Orientações Preliminares:

As perguntas estão divididas em três níveis – fácil, médio e desafio. No total, o jogo possui 185 cartas, que abordam 6 temas relacionados aos direitos humanos.

Os temas são:

Direitos Humanos - conhecimentos gerais e históricos.

Direitos Humanos no Brasil.

Direitos Humanos - Arte e Cultura.

Direitos Humanos - civis, políticos e sociais.

Direitos Humanos e Sustentabilidade.

Atualidades.

\*\*\*

#### DIREITOS HUMANOS: CONHECIMENTOS GERAIS E HISTÓRICOS

Direitos Humanos são privilégios de algumas pessoas. Verdadeiro <u>Falso</u> Nível fácil	Em que ano a ONU publicou a Declaração Universal dos Direitos Humanos? <u>1948</u> Nível médio	Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos." Verdadeiro <u>Falso</u> Nível fácil
A Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por 70 artigos. Verdadeiro <u>Falso</u> Nível médio	A Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por 30 artigos. <u>Verdadeiro</u> Falso Nível médio	A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que delimita os direitos fundamentais do ser humano. <u>Verdadeiro</u> Falso Nível fácil

<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos lista direitos que devem ser promovidos pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada para promover a observância dos direitos humanos fortemente abalados na Segunda Guerra Mundial.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Criada em 1938, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi assinada à época pelos mais de 190 Estados-membros da ONU.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível médio</p>
<p>No artigo III está previsto o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível médio</p>	<p>É previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito a repouso e lazer.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>É previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de tomar parte no governo de qualquer país.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível médio</p>
<p>O artigo IV da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: "Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas."</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>O artigo IV da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante."</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Sobre o trabalho, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que:</p> <p>Nem todos têm direito ao trabalho. Depende da meritocracia. <u>Todos têm direito ao trabalho.</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>Em relação à saúde e bem-estar, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que:</p> <p>Todos precisam de plano de saúde privado para garantir bem-estar. <u>Todos têm direito à saúde e bem-estar, independente da situação econômica.</u> Acesso à saúde e bem-estar é uma questão de mérito social.</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Em relação à educação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que:</p> <p>Acesso à educação é uma questão de privilégio social. <u>Todos têm direito à educação, independentemente da situação econômica.</u> Acesso à educação é uma questão de sorte.</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Que evento histórico levou à criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos?</p> <p>1ª Guerra Mundial Guerra Fria <u>2ª Guerra Mundial</u></p> <p>Nível fácil</p>

<p>É previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à liberdade de opinião e expressão.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>É previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível médio</p>	<p>Cite 2 marcos históricos quando se fala em Direitos Humanos.</p> <p>-Bill of Rights, Constituição dos Estados Unidos da América (1787), Revolução Francesa (1789) e Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p> <p>Desafio</p>
<p>Cite 2 direitos humanos fundamentais.</p> <p>-Direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal (tortura é crime, bem como privação da liberdade caso não seja autuado em flagrante).</p> <p>Desafio</p>	<p>Os direitos humanos são fundamentais já que nossas sociedades são altamente hierarquizadas e desiguais.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Cite 2 direitos humanos relacionados à liberdade.</p> <p>-De pensamento, expressão e liberdade física.</p> <p>Desafio</p>
<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu como uma reação a quais crimes de lesa-humanidade?</p> <p>-Tortura, sequestro, extermínio e genocídio.</p> <p>Desafio</p>	<p>Cultura é considerado um direito humano.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, somente algumas pessoas têm direito de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>O indivíduo não tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tortura não é crime de lesa-humanidade.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>No artigo I está previsto o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>

De acordo com o Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com qual espírito os seres humanos devem agir em relação uns aos outros?

Fraternidade.  
Humanidade.  
Paternidade.

Nível fácil

O primeiro documento que reuniu todos os direitos humano, de maneira universal, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sancionada em 1948. Hoje, porém, não tem mais valor.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

As normas de direitos humanos são organizadas por cada país, sem negociação com organizações, como a ONU.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Quantos dos 193 países que atualmente compõem a ONU foram signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos?

Todos  
184  
98

Nível fácil

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento mais traduzido do mundo. Em quantas línguas e dialetos é que se encontra traduzido?

190  
260  
320

Nível médio

Em relação ao direito ao voto, a Constituição de 1988, afirma o direito de voto a toda a população, incluindo analfabetos e adolescentes maiores de 16 anos.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

## DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Sobre o direito de greve no Brasil: a Constituição de 1988, garante o direito amplo de greve aos trabalhadores?

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

A Constituição garante aos povos indígenas o direito de demarcação de suas terras.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

A Constituição de 1988 coloca como dever do Estado a defesa do meio ambiente.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

A Constituição de 1988 é considerada a Constituição mais democrática da história do Brasil?

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Sobre as forças policiais no Brasil, é permitido praticarem a tortura para obter confissões.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Quais direitos humanos foram suprimidos durante a ditadura civil-militar no Brasil?

Direitos sociais e direitos difusos.  
Direitos civis e políticos

Nível fácil

<p>Os principais problemas com relação aos direitos humanos no Brasil são as altas taxas de homicídios, abusos policiais e a situação dos presídios.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>A Ditadura Militar foi um período de ordem para o país, no qual os direitos humanos eram respeitados.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>A promoção dos direitos humanos é imprescindível para o pleno exercício de qualquer democracia.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>Os direitos humanos são concedidos apenas às pessoas com vulnerabilidade social e econômica.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>O direito à vida, à integridade física, à dignidade e a liberdade são exemplos de direitos humanos no Brasil.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>As operações pela paz mundial, realizadas pela ONU, fiscalizam o cumprimento dos direitos humanos em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>Quanto tempo a ditadura civil-militar instaurada em 1964 vigorou no Brasil?</p> <p>21 anos. 10 anos. 30 anos.</p> <p>Nível médio</p>	<p>Quantos Atos Institucionais foram decretados durante a ditadura civil-militar no Brasil?</p> <p>17 Atos Institucionais. 5 Atos Institucionais. 10 Atos Institucionais.</p> <p>Nível médio</p>	<p>Em qual governo federal foi decretado o Ato Institucional AI-5?</p> <p>-No governo de Arthur da Costa e Silva.</p> <p>Desafio</p>
<p>O primeiro Ato Institucional AI-1 foi instituído por qual governo militar?</p> <p>-Governo de Humberto Castello Branco.</p> <p>Desafio</p>	<p>Na Constituição de 1988 são reconhecidos quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Segundo a Constituição Brasileira, homens e mulheres não são iguais, em direitos e obrigações.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>Cite 2 direitos humanos assegurados pela Constituição Brasileira de 1988.</p> <p>-Direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.</p> <p>Desafio</p>	<p>Destaque os direitos humanos garantidos no Artigo n° 1 da Constituição de 1988.</p> <p>-Dos direitos fundamentais - direito à vida, à liberdade e à segurança.</p> <p>Desafio</p>	<p>Segundo a Constituição de 1988, é patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>No Brasil, se alguém comete um delito, que não é crime hoje, mas venha se tornar um crime no futuro, essa pessoa pode ser presa por ter cometido este ato no passado?</p> <p>Sim, se o processo ainda tiver sob julgamento <u>Não</u> Sim, quando ele tem outros precedentes</p> <p>Nível fácil</p>	<p>De acordo com a Constituição de 1988, o direito a instrução gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais é:</p> <p>Dever de ser humano Opcional <u>Direito de ser humano</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Qual é o documento que assegura por leis os Direitos Humanos no Brasil?</p> <p>Código Civil Consolidação das Leis do Trabalho <u>Constituição de 1988</u></p> <p>Nível fácil</p>

No Brasil, os direitos humanos são previstos pela Constituição de 1988, já que ele não é membro da ONU.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

O que é Cadastro Único?

Um banco de dados para famílias de baixa renda para a inclusão em programas de assistência social  
Um cadastro que é feito apenas uma vez na vida, por isso se chama único

Nível fácil

Quais dos direitos abaixo são acessados através do Cadastro Único?

Roupas, calçados e cestas básicas  
Vale alimentação e vale transporte  
Isenções de taxas para inscrições no ENEM e identidade Jovem - IDJovem

Nível médio

Para que serve o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) no Brasil?

É um local onde vamos fazer nossos documentos pessoais.  
ou  
É uma unidade pública de organização de serviços socioassistenciais de Proteção do Sistema Único de Assistência Social.

Nível médio

## DIREITOS HUMANOS: ARTE E CULTURA

Sobre personalidades importantes no campo dos direitos humanos, quem foi Malala Yousafzai?

Uma estudante de medicina  
Uma ativista, defensora do direito à educação  
Uma fundamentalista do talibã

Nível médio

Sobre personalidades importantes no campo dos direitos humanos, quem foi Mahatma Gandhi?

Um baderneiro indiano  
Uma ativista e defensor da liberdade e da independência da Índia do Reino Unido.  
Uma fundamentalista do islamismo

Nível fácil

A Constituição Federal de 1988 garante a todo brasileiro o direito à cultura e ao lazer.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Qual desses filmes tratou das investigações da Comissão da Verdade sobre as graves violações de direitos humanos no período da ditadura militar no Brasil?

Carandiru  
Tropa de Elite  
Em Busca da Verdade

Nível médio

Filme que abordou a vida de Oskar Schindler, um empresário alemão dos Sudetos que, junto com sua esposa, salvou mais de mil refugiados judeus holandeses do Holocausto, principalmente poloneses.

A Lista de Schindler  
O Holocausto  
O Pianista

Nível médio

Filme dirigido pela libanesa Nadine Labaki mergulha no cotidiano das infâncias marcadas por crises humanitárias. A história se passa em Beirute, capital do Líbano.

Revolução pela Inclusão  
Carfanaum  
Papicha

Desafio

Uma das afirmações abaixo está errada:

Intolerância religiosa é um crime de ódio.  
A intolerância religiosa não é crime no Brasil.  
Intolerância religiosa é cometer atos de vandalismo contra os templos de outras religiões.

Nível fácil

Uma das afirmações abaixo está correta:

A intolerância religiosa não é crime no Brasil.  
Intolerância religiosa é cometer atos de vandalismo contra os templos de outras religiões.  
A liberdade de expressão garante o direito para dizer o que se quer sobre crenças ou religiões que não a nossa.

Nível fácil

Qual dos elementos da cultura brasileira é considerado Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade?

Sapateado  
Frevo  
Dança Contemporânea

Nível fácil

É considerado patrimônio cultural mundial.

Centro Histórico de Laguna, em Santa Catarina  
Centro Histórico de Salvador - o Pelourinho  
São Paulo, paisagens urbanas, com construções e arranha-céus.

Nível fácil

Qual Cidade se tornou conhecida como um "museu a céu aberto", preservando um grande núcleo de casario colonial essencialmente intacto, prestigiado em todo o Brasil e mesmo no estrangeiro?  
Atualmente, é considerada Patrimônio Mundial da Unesco.

Palmas  
Teresina  
Olinda

Nível fácil

Os museus são considerados fundamentais para a transmissão da história e da cultura, cultura de uma sociedade, além de promover o contato com os antepassados.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

O reconhecimento da diversidade cultural e das diferenças é fundamental em governos democráticos.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Todo ser humano deve ter os mesmos direitos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, idioma, religião ou qualquer outra condição?

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Qual Cidade se tornou conhecida como um "museu a céu aberto", preservando um grande núcleo de casario colonial essencialmente intacto, prestigiado em todo o Brasil e mesmo no estrangeiro?  
Atualmente, é considerada Patrimônio Mundial da Unesco.

Londrina  
Ouro Preto  
Porto Alegre

Nível fácil

A Declaração Universal dos Direitos Humanos dedica-se aos direitos e liberdades de indivíduos. Mas, há um artigo que se refere a um grupo. Qual?

Partido político  
Família  
Ativistas políticos

Nível médio

Direitos Culturais são aqueles relacionados às artes, à memória coletiva e ao fluxo dos saberes, que visam a dignidade, o desenvolvimento e a paz.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

A Constituição de 1988, garante o apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil



<p>O Estado não tem obrigatoriedade de garantir o pleno exercício dos direitos culturais, tampouco o acesso às fontes da cultura nacional.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Existem categorias diferentes de sítios do Patrimônio Mundial: Patrimônio Cultural, Patrimônio Natural e Patrimônio Misto.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>Qual dos elementos da cultura brasileira é considerado Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade?</p> <p>Dança de salão <u>Roda de Capoeira</u> Balett</p> <p>Nível fácil</p>	<p>No Brasil, a pessoa Idosa tem direito ao desconto de 50% no valor de ingressos para eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>O significa: "todo ser humano tem livre direito a cultura"?</p> <p>A cultura é restrita aqueles que podem pagar por ela</p> <p><u>Todo o ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade</u></p> <p>A cultura deve ser baseada nos padrões da elite</p> <p>Nível fácil</p>
<p>O Filme retrata os problemas estruturais das cadeias brasileiras, como a superlotação, a violência de Estado e outras violações de direitos humanos que culminaram no massacre ocorrido em 2 de outubro de 1992. Na ocasião, 111 presos foram assassinados pela polícia.</p> <p><u>Carandiru</u> Cidade de Deus Menino 23 - Infâncias Perdidas</p> <p>Nível fácil</p>	<p>O filme retrata a história de Mauro, um garoto de doze anos, fanático por futebol. Sua vida muda para sempre quando seus pais resolvem sair de férias de forma repentina e o deixam para viver com seu avô paterno em São Paulo. Na verdade, os pais de Mauro fugiam da ditadura civil-militar brasileira, por serem militantes de esquerda.</p> <p><u>O ano em que meus pais saíram de férias</u> Nise - o coração da loucura Tropa de Elite Nível médio</p>	<p>Que cantor norte-americano foi um grande ativista do Movimento dos Direitos Civis nos anos 50?</p> <p><u>Frank Sinatra</u> Elvis Presley Pat Boone</p> <p>Desafio</p>
<p>Qual banda foi responsável pelo hit?</p> <p>Bebida é água Comida é pasto Você tem sede de quê? Você tem fome de quê? A gente não quer só comida A gente quer comida, diversão e arte...</p> <p>Barão Vermelho Paralamas do Sucesso <u>Titãs</u></p> <p>Nível médio</p>	<p>Patrimônio cultural de um país é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória e a identidade dos povos e culturas.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Todo ser humano tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.</p> <p>Qual artigo possui esta afirmação?</p> <p>Artigo 13 Artigo 15 <u>Artigo 18</u></p> <p>Nível médio</p>

## DIREITOS CIVIS, POLITICOS E SOCIAIS

<p>Quando alguém ou alguma associação quer interferir na sua opinião sobre algum determinado assunto esse indivíduo está indo contra a qual direito presente na declaração universal dos direitos humanos?</p> <p>Direito à liberdade. Direito à informação. <u>Direito à liberdade de opinião e expressão.</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Em que ano foi publicada a lei que concedeu liberdade de voto, sem qualquer restrição, às mulheres em Portugal?</p> <p>1912 <u>1968</u> 1979</p> <p>Nível médio</p>	<p>Quem foi a primeira mulher a votar em Portugal?</p> <p><u>Carolina Beatriz Ângelo</u> Adelaide Cabete Regina Quintanilha</p> <p>Nível médio</p>
<p>Todas as pessoas têm poder sobre os Direitos Humanos.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Ao contrário da Criança e do Adolescente, que possui o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, os jovens não possuem nenhuma legislação específica que aborde seus direitos.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>A idade que define a faixa etária das pessoas jovens, estabelecida pelo Estatuto da Juventude, é de 15 a 24 anos.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) assegura prioridade na tramitação de processos judiciais para pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>O Estatuto do Idoso assegura a gratuidade dos transportes coletivos públicos, urbanos e semiurbanos, a toda pessoa idosa com mais de 60 anos.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Aos idosos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>É dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar a efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa com absoluta prioridade.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Os planos de saúde não podem cobrar valores diferenciados das pessoas idosas em razão da idade.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Nenhum Idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, sendo dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos das pessoas idosas.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>

<p>Portugal esteve presente na votação da Declaração Universal dos Direitos Humanos?</p> <p>Verdadeiro. <u>Falso.</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Qual destes países não votou a favor da Declaração Universal dos Direitos Humanos?</p> <p>China <u>Polónia</u> Suécia</p> <p>Nível médio</p>	<p>Onde foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos?</p> <p>Estados Unidos Reino Unido <u>França</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>A violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos tem penalização legal?</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos dedica-se aos direitos e liberdades de indivíduos. Mas há um artigo que se refere a um grupo. Qual?</p> <p><u>Família</u> Partido Político Ativistas</p> <p>Nível fácil</p>	<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos faz diretamente parte de que documento?</p> <p>Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos. Convenção para a Prevenção do crime de genocídio. <u>Carta Internacional de Direitos Humanos.</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) assegura prioridade na tramitação de processos judiciais para pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>O Estatuto do Idoso assegura a gratuidade dos transportes coletivos públicos, urbanos e semiurbanos, a toda pessoa idosa com mais de 60 anos.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Aos idosos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>É dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar a efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa com absoluta prioridade.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Os planos de saúde não podem cobrar valores diferenciados das pessoas idosas em razão da idade.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Nenhum Idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, sendo dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos das pessoas idosas.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi anunciada ao público em?

Em 26 de agosto de 1789, na França  
Em 14 de agosto de 1985, no Brasil.  
Em 15 de agosto de 1789, na França.

Nível fácil

O que é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão?

É um documento da Revolução Francesa que dividiu as terras na França.

É um documento da Revolução Francesa que defendia a política de Estado.

É um documento da Revolução Francesa que define os direitos individuais e coletivos do homem.

Nível fácil

Quem era considerado cidadão na Revolução Francesa?

Só os escravos.  
Só nobres e plebeus.  
Todas as pessoas.

Nível fácil

Que filósofo grego foi julgado por ter proposto a liberdade de expressão?

Platão  
Aristóteles  
Sócrates

Nível fácil

Quem foi o monarca que publicou o primeiro decreto sobre direitos humanos?

Imperador Ansei (Japão)  
Rei Ciro, o Grande (Pérsia)  
Rei Alexandre, o Grande (Macedônia)

Nível médio

Atividade

## DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE

<p>As desigualdades socioeconômicas atingem em cheio os jovens; jovens negros e jovens mulheres são maioria entre as pessoas pobres e extremamente pobres em Minas Gerais.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>A União Europeia tem uma sólida estratégia para a redução da emissão de gases. Que setor é responsável por uma maior parcela das emissões globais?</p> <p>Agricultura <u>Setor energético</u> Setor de infraestrutura</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Em 2016, qual foi o número total de migrantes internacionais (voluntários e involuntários)?</p> <p>19 milhões 3 milhões <u>244 milhões</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>Quantas toneladas de alimentos na União Europeia são desperdiçadas anualmente?</p> <p>4 milhões de toneladas 20 milhões de toneladas <u>88 milhões de toneladas</u></p> <p>Nível médio</p>	<p>Qual é a percentagem da população mundial que detém metade da riqueza?</p> <p><u>1% da população mundial</u> 40% da população mundial 70% da população mundial</p> <p>Nível médio</p>	<p>A fome e a desnutrição são causas da morte de quantas crianças por ano?</p> <p>100 milhões 30 milhões <u>7 milhões</u></p> <p>Nível médio</p>
<p>Que países são mais impactados pelas alterações climáticas?</p> <p>Os países considerados mais desenvolvidos e os setores da população mais pobres e vulneráveis Os países considerados mais desenvolvidos <u>Os países considerados menos desenvolvidos e os setores da população mais pobres e vulneráveis.</u></p> <p>Nível médio</p>	<p>Qual é o continente que apresenta a maior saída de fluxos ilícitos?</p> <p>Europeu Asiático <u>Africano</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>As secas, inundações, incêndios florestais e novas pragas não são suficientes para ameaçar o nosso sistema alimentar.</p> <p>Verdadeiro <u>Falso</u></p> <p>Nível fácil</p>
<p>Qual é a segunda indústria mais poluente?</p> <p><u>Têxtil</u> Automóvel Petroliífera</p> <p>Nível fácil</p>	<p>O primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre a redução da desigualdade social mundial.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>O segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre a redução da fome no mundo.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>

O terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre as parcerias para a preservação ambiental e da vida na Terra.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre o direito a água potável e o acesso a saúde e bem-estar.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se aos debates sobre igualdade de gênero, tema de lutas dos mais variados segmentos sociais.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se a educação como um direito humano universal e essencial para a promoção da justiça social.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O sétimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se as políticas públicas de energia limpa e acessível, como formas de assegurar a continuidade da vida para as próximas gerações humanas.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se a trabalho decente e crescimento econômico, preservando os direitos trabalhistas.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O nono Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU trata de meio ambiente e vida marinha, fundamental para o equilíbrio do ecossistema e da biodiversidade.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O décimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU trata de políticas públicas e ações para a redução das desigualdades sociais decorrentes do sistema econômico de produção.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O décimo primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se as cidades e a questão da sustentabilidade, tendo em vista a necessidade de redução dos impactos ambientais.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O décimo segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se à produção e valores relacionados ao consumo responsável.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O décimo terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre as ações contra a mudança global do clima, como a redução da camada de ozônio.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O décimo quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre as ações contra a mudança global do clima e a importância da cooperação entre os povos.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O décimo quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre a vida na água.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

O décimo quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU é sobre a vida terrestre.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

O décimo sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se a paz, a justiça e instituições eficazes.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

O décimo sétimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU refere-se as parcerias entre os setores para a promoção dos ODS.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Um maior volume de comércio mundial significa um maior desenvolvimento socioeconômico.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

São necessários 2700 litros de água para confeccionar um T-shirt.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Os países de rendimentos baixos são afetados de forma desproporcional pela violência política e social.

Verdadeiro  
Falso

Nível fácil

Os pequenos agricultores fornecem mais de

5% dos alimentos do mundo  
30% dos alimentos do mundo  
80% dos alimentos do mundo

Nível médio

## ATUALIDADES

Existe racismo no Brasil?

Não, o Brasil é um país miscigenado e justo para todos.

Sim, as pessoas brancas são as vítimas mais frequentes das ações policiais.

Sim, negros e negras são a maioria da população, mas minoria em cargos de liderança nas empresas.

Nível Fácil

Quais são as principais demandas atuais dos povos indígenas em relação aos seus direitos?

Liberdade cultural e religiosa.  
Preservação ambiental.

Recolhimento e demarcação de terras.

Nível Médio

Quais são os tipos mais recorrentes de violações dos direitos humanos a que as mulheres estão expostas?

Desigualdade salarial e desigualdade política.  
Violência patrimonial e mortalidade materna.  
violência física, psicológica e sexual.

Nível Fácil

As juventudes brasileiras das periferias das grandes cidades estão mais suscetíveis a quais tipos de violações de direitos?

Xenofobia e trabalho infantil.

Violência policial e racismo.

Falta de acesso ao esporte e à educação.

Nível Fácil

Trabalho infantil é:

Quando as crianças brincam de trabalhar.  
O trabalho de Jovem Aprendiz.

É toda a forma de trabalho realizadas por crianças abaixo da idade mínima de 14 anos.

Nível Fácil

O que é homofobia, lesbofobia, e transfobia?

É não aceitar os ideais LGBTQIA+

É a discriminação contra homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e transfêneras

É não concordar com a opção sexual de outras pessoas

Nível Fácil

A luta em defesa dos direitos humanos no Brasil tem como bandeira única a defesa pelo fim da tortura nos presídios.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

O Brasil possui com uma Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos?

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

A maior parte da população é contra os direitos humanos.

Verdadeiro

Falso

Nível fácil

Onde devo procurar meus direitos de forma gratuita?

Na Internet para denunciar e reclamar  
Na delegacia de polícia

Na Defensoria Pública, que irá ajuizar uma ação para garantir os seus direitos

Nível fácil

Qual é a importância do NIS (Número de Identificação Social)?

É com este número que somos identificados como cidadãos nos órgãos públicos

É com este número que se dá a inclusão de usuários no Cadastro Único para acessar os benefícios oferecidos

Nível médio

Qual o tema do famoso discurso "Eu Tenho um Sonho", de Martin Luther King?

Igualdade das raças

Intolerância religiosa

Luta contra o Apartheid

Nível médio



<p>Quantas pessoas foram vítimas de trabalho forçado em 2021 no mundo?</p> <p>18 milhões 23 milhões <u>28 milhões</u></p> <p>Nível médio</p>	<p>Atualmente, os grandes desafios aos direitos humanos no Brasil correspondem às desigualdades relacionadas a gênero, raça, renda e território.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Na atualidade, a população LGBTQIA+ sofre inúmeros preconceitos sociais. Segundo estatísticas, uma parcela dessa população morre antes dos 30 anos de idade.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>Qual foi o maior desrespeito aos Direitos Humanos, ocorrido no Brasil nos últimos 25 anos?</p> <p><u>O massacre do Carandiru, com 111 mortos</u> A chacina do presídio Urso Branco, com 27 mortos O Massacre Corumbiara, com 16 mortos</p> <p>Nível fácil</p>	<p>A população negra ingressa mais cedo do que a população branca no mercado de trabalho, por isso apresenta rendimentos maiores.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>A pessoa idosa tem todos os direitos e a lei protege e facilita a preservação de sua saúde física, mental, moral, intelectual, espiritual e social, objetivando amparar as necessidades comuns a essa fase da vida.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>Na atualidade, qual a função da ONU?</p> <p>Zelar pela cultura em todas as nações <u>Unir as nações com o objetivo de manter a paz e a segurança mundial</u> Financiar países em desenvolvimento</p> <p>Nível fácil</p>	<p>A "feminização" do mercado de trabalho e o aumento da taxa de escolarização das mulheres é resultado do movimento feminista ou de mulheres no país?</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>	<p>Nos últimos quinze anos temos presenciado um fenômeno que pode ser chamado de "feminização" do mercado de trabalho no Brasil?</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Nível fácil</p>
<p>O empoderamento feminino tem como principal característica a luta pela igualdade de gêneros e por consequência a maior participação das mulheres na sociedade.</p> <p><u>Verdadeiro</u> Falso</p> <p>Desafio</p>	<p>Em que dia se celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos?</p> <p>10 de julho 10 de setembro <u>10 de dezembro</u></p> <p>Nível fácil</p>	<p>Qual é o país, que em 2021, enviou mais de 1700 pessoas para campos de reabilitação devido à sua orientação sexual LGBT+?</p> <p>Bangladesh Arábia Saudita <u>Malásia</u></p> <p>Nível médio</p>

Ativar o

O conceito de conservação ambiental implica no uso racional dos recursos naturais. Desse modo, ele está diretamente ligado ao conceito de

Preservação.  
Sustentabilidade.  
Meio natural.

Nível fácil

Em que ano é que as Nações Unidas declararam o planejamento familiar e acesso a contraceptivos um direito humano?

2007  
2012  
2018

Nível médio

Qual foi o primeiro país a abolir a escravidão?

Haiti  
Suécia  
Portugal

Nível fácil

Quem foi a primeira pessoa a ser presa por se opor à segregação racial nos autocarros dos Estados Unidos da América?

Claudette Colvin  
Maynard Jackson  
Rosa Parks

Nível médio

Qual o nome do acordo, realizado por meio da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas do ano de 2015, que estabeleceu medidas de controle do aquecimento global?

Acordo de Kyoto.  
Acordo de Montreal.  
Acordo de Paris.

Nível médio

Em que ano é que o acesso à internet foi declarado um direito humano básico?

2011  
2013  
2017

Nível fácil